

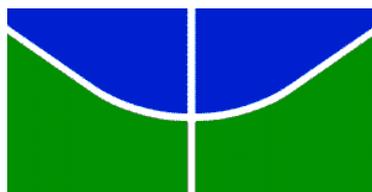
**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

TALITA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA

**JUNHO DE 2013 E O APOIO AO GOLPE MILITAR
Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro**

Brasília

2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

TALITA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA

JUNHO DE 2013 E O APOIO AO GOLPE MILITAR
Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro

Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof^a Flávia Millena Biroli Tokarski.

Brasília

2014

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia àqueles que são os mais especiais para mim: meus pais, Isaura e Álvaro, minha extensa família e meus amigos. Cada um, a sua maneira, contribuiu para este trabalho. Por isso, o mérito também é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Minha maior - e eterna - gratidão eu dedico aos meus pais, Isaura e Álvaro. Sem seus esforços eu certamente não teria chegado aonde cheguei. Obrigada por desde muito pequena me terem feito acreditar que estaria na UnB, que eu poderia me tornar tudo o que quisesse ser e que ambicionar o mais alto e o melhor tem o poder de nos levar adiante. Obrigada pelo apoio incondicional, até mesmo quando os caminhos que escolho não são aqueles que vocês desejariam para mim. A história de batalha e superação de vocês é minha principal inspiração.

Declaro o carinho e o orgulho que sinto pela minha família. Meus avós, de origem nordestina e humilde, não foram alfabetizados e desde muito cedo tiveram de trabalhar para sustentar sua família. É indescritível a sensação de ser mais uma neta formada de D. Isaura e Seu Epaminondas, de D. Maria da Paz e Seu Álvaro (*in memorian*). Posso dizer que seus esforços não foram em vão. Aos numerosos tios e tias, primos e primas, sou grata pela rica e diversa convivência, pelo cuidado e preocupação e por sempre terem torcido e vibrado por minhas conquistas.

Agradeço às queridas Dulce e Lucy (*in memorian*), minhas tias de coração, e à minha madrinha Tereza Cristina. Meu interesse pelos estudos e o gosto pela leitura foram estimulados por vocês, que me deram os primeiros e muitos livros. Agradeço também à tia Lusaneide, cuja trajetória inspiradora me oferece a certeza de que o caminho tem seus percalços, mas que é possível percorrê-lo e alcançar as recompensas desejadas.

Aos meus grandes e melhores amigos, Aliny, Caio, Daniel, Ernesto, Laísa, Milena e Rayssa, agradeço por tudo. Obrigada pelos conselhos e puxões de orelha, pelo incentivo e o ombro amigo nas horas de dificuldade, pelo apreço e os momentos compartilhados. A presença de vocês em minha vida contribui para que eu seja uma pessoa melhor a cada dia.

Aos amigos que a UnB me presenteou e os quais levarei para toda vida, Ananda, Bruna, Humberto, Laís, Vinicius, Tayla e demais, obrigada pelas caronas e a companhia no metrô, pela parceria nas inúmeras disciplinas, pelas risadas e os momentos de alegria. Minha experiência na universidade foi a melhor porque vocês estiveram lá comigo.

À minha orientadora, professora Flávia Biroli, expresso minha admiração, respeito e gratidão. Sem o empenho, interesse e paciência da senhora esta monografia não teria sido possível.

Ao professor Carlos Machado agradeço imensamente. Você foi o melhor professor que tive, porque meu aprendizado foi além, e muito, do ambiente acadêmico. Obrigada por sua atenção, carinho e principalmente confiança.

Sinto-me privilegiada por durante meu período universitário ter tido a oportunidade de compor o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades - Demodê e o Programa de Educação Tutorial do curso. Ambas as experiências foram enriquecedoras e me proporcionaram o adequado entendimento do campo acadêmico da Ciência Política.

Por último, porém não menos importante, agradeço aos meus colegas do Instituto Pandiá Calógeras, do Ministério da Defesa. Vocês contribuem diariamente para a minha formação profissional, acadêmica e pessoal. Principalmente, com vocês vejo o verdadeiro sentido de profissionalismo.

RESUMO

Nas manifestações de junho de 2013, em meio à agitação e à incerteza, entre inúmeras outras reivindicações estava presente o clamor pelo retorno do regime militar para o Brasil. Essa causa não se expressou apenas nas ruas, mas também ocupou espaço na rede social *Facebook*. Esta monografia se propõe a examinar as expressões de apoio ao retorno do regime militar, associadas à oposição ao governo do PT e à rejeição ao comunismo contidas em comentários e postagens realizados na rede social. A análise, que levará em consideração as trajetórias da ditadura, do movimento comunista e do PT, suscitará reflexões em torno do sentido de regime militar e de conexão com a atual crise do sistema representativo brasileiro.

Palavras-Chave: Regime Militar; comunismo; PT; *Facebook*, representação.

ABSTRACT

In manifestations of June 2013, amid the turmoil and uncertainty, among numerous other claims there was the clamor for the return of the military regime in Brazil. This concern had not expressed only in the streets but also had occupied space in the social network Facebook. This monograph disposes to examine the expressions of support for the return of the military regime, associated with opposition to the PT government and rejection of communism contained in comments and postings made on the social network. The analysis, which takes into account the trajectories of the dictatorship of the communist movement and the PT, will raise reflections on the meaning of military regime and connection with the current crisis of the Brazilian representative system.

Key-words: Military Regime; communism; PT; *Facebook*, representation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Aerp – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI nº 5 – Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MPL – Movimento Passe Livre

NB – Núcleos de Base do PT

OCC – Organização de Combate à Corrupção

PCB – Partido Comunista do Brasil

PED – Processo de eleições diretas do PT

PM – Polícia Militar

PSD – Partido Social Democrático

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SNI – Serviço Nacional de Informações

UDN – União Democrática Nacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência das palavras-chave pesquisadas

Gráfico 2 – Data das postagens

Gráfico 3 – Quantidade de likes por postagem

Gráfico 4 – Apologia ao retorno do Regime Militar

Gráfico 5 – Insatisfação relativa ao PT

Gráfico 6 – Rejeição ao comunismo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Exaltação do período da ditadura militar

Imagem 2 – Expressão de oposição ao governo do PT.

Imagem 3 – Expressão de rejeição ao comunismo

Imagem 4 – Combate ao Foro de São Paulo

Imagem 5 – Corrupção no PT

Imagem 6 – Fraude do Programa Mais Médicos

Imagem 7 – Ofensa à presidente Rousseff

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais autores das postagens

Tabela 2 – Argumentos de defesa ao retorno do Regime Militar

Tabela 3 – Justificativas para a insatisfação relativa ao PT

Tabela 4 – Argumentos de rejeição ao comunismo

Tabela 5 – Relação entre apologia ao Regime Militar e crítica ao PT

Tabela 6 – Relação entre apologia ao Regime Militar e teor anti-comunista nos comentários

Tabela 7 – Relação entre crítica ao PT e teor anti-comunista nos comentários

Tabela 8 – Relação entre teor anti-comunista nos comentários e crítica ao PT

Tabela 9 – Eventos mais mencionados

Tabela 10 – Personalidades mais mencionadas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	15
3. A MOVIMENTAÇÃO NÃO É SÓ NAS RUAS: O PAPEL DO <i>FACEBOOK</i> ENQUANTO DIFUSOR DE OPINIÕES E MOBILIZADOR	20
<i>a. Relevância política da Internet e das redes sociais</i>	20
<i>b. Sobre a pesquisa</i>	22
<i>c. Resultados</i>	24
4. BRASIL: O PASSADO SAUDOSO, O PRESENTE AMARGO E O FUTURO PROMISSOR	32
<i>a. “Regime Militar de volta!”</i>	32
<i>i. Golpe de 1964 e a ditadura militar</i>	32
<i>ii. Comunismo e a ditadura</i>	38
<i>iii. Partido dos Trabalhadores – surgimento, ideologia e trajetória</i>	40
5. REGIME MILITAR ENQUANTO SIGNIFICANTE VAZIO E CRISE DO SISTEMA REPRESENTATIVO BRASILEIRO	45
<i>a) Regime Militar enquanto significativo vazio</i>	52
<i>b) Crise do sistema representativo brasileiro</i>	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 o Brasil foi dominado por uma onda de protestos. As principais capitais – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília - testemunharam a ocupação massiva de suas ruas e avenidas. Os inesperados levantes provocaram reações diversas. Entre governantes e legisladores houve confusão e insegurança, pois não se compreendia com nitidez pelo quê os milhares de manifestantes lutavam. Sem saber como reagir, alguns estados e municípios revogaram o aumento das tarifas do transporte público, a reivindicação mais clara e o combustível para as demais. O Governo Federal, numa proposta arranjada às pressas, sugeriu um plebiscito para promover a reforma política. Nos moldes primeiramente apresentados, logo o plebiscito foi considerado inconstitucional. A polêmica e a insatisfação com a medida foram tantas que ela acabou sendo deixada de lado. Entre a população, primeiro predominou a surpresa, depois a admiração pela grandeza e a coragem dos levantes. O entusiasmo foi contagiante e as manifestações começaram a crescer e a se disseminar. “O gigante acordou!” era o modo como muitos definiram esse momento, em que todas as mudanças pareciam possíveis e ao alcance de todos. Entre os estudiosos houve ceticismo, mas também muita expectativa quanto às consequências de toda aquela movimentação. Muitos tentaram prever o que aconteceria, comparavam as manifestações daquele mês à recente Primavera Árabe. Nenhum ao certo sabia quando tudo iria acabar.

Entre as bandeiras e os cartazes empunhados nas ruas, determinada causa chamou a atenção: uma parcela daquelas pessoas defendia o retorno à ditadura militar. A essa reivindicações, estavam associados dois posicionamentos: o de insatisfação com o governo do PT, em vigência, e a rejeição ao movimento comunista. Eis uma situação curiosa e contraditória. O Brasil havia mais de vinte anos não presenciava tamanha mobilização nas ruas. Comparada àquelas proporções, somente dois eventos da história recente: o pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor, em 1992, e o movimento pelas eleições “Diretas Já!”, de 1983 e 1984. Nesses eventos, os cidadãos bradaram a plenos pulmões sua vontade de exercer a democracia, de efetivamente contribuir com o espaço público e político e serem representados. Então, nos dias de hoje, apesar de os indivíduos terem relativamente garantido o exercício desses direitos, uma parcela deles se levanta e clama pelo retorno de um regime autoritário e restrito. Por quê? O que aconteceu nesses últimos anos para que os brasileiros passassem de um extremo ao outro?

Para compreender esse fenômeno específico, esta monografia analisa as opiniões das pessoas que compartilharam desse desejo de retorno à ditadura militar. Para tanto, foram considerados *posts*, imagens e comentários relacionados a esse tema e também à oposição ao governo petista e à rejeição ao comunismo e disponibilizados na rede social *Facebook*, que exerceu importante função de mobilização e difusão durante as manifestações de junho de 2013. Por meio do software estatístico *Sphinx* foi possível quantificar essas informações. A partir disso, tais dados foram examinados à luz dos fatos a que eles faziam referência, na busca de explicações e influências. Por fim, associou-se as expressões de apoio ao retorno do regime militar a uma possível crise do sistema representativo brasileiro.

Assim sendo, o primeiro capítulo trata das manifestações de junho de 2013, considerando sua origem, trajetória e a percepção de alguns autores. Em seguida, no segundo capítulo é apresentada a pesquisa empírica, com detalhes sobre sua metodologia e o resumo dos resultados obtidos. O terceiro capítulo conta com uma revisão da literatura especializada sobre o golpe militar de 1964 e a consequente ditadura, a história do movimento comunista no Brasil e sua contribuição para a instalação do golpe, e a criação do Partido dos Trabalhadores, seu crescimento e inserção no Governo Federal. Por fim, no quarto capítulo, são reunidas impressões gerais a respeito dos dados da pesquisa e da revisão de literatura. É promovida também uma reflexão sobre o significado do apoio ao retorno do regime militar, à luz da alegada crise do sistema representativo e com uma breve contribuição da teoria do discurso.

2. AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Em junho de 2013, o Brasil foi lembrado da força de seu povo. As manifestações disseminadas pelo país que ocuparam o este mês não surgiram de forma autônoma. Elas são o clímax de uma série de outras manifestações de resistência ao reajuste no preço das passagens do transporte público, lideradas pelo Movimento Passe Livre. Como Daniel Fonsêca (2013) apresenta, tais vinham ocorrendo desde 2003, ano em que o grupo começou a se reunir. Os movimentos se intensificaram no ano passado. Já em janeiro, o MPL agiu contra o reajuste das passagens em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo, obtendo sucesso. Logo mais, em abril, foi a vez de Porto Alegre aumentar as passagens e ser palco da contestação do MPL nas ruas. Em seguida, Goiânia anunciou aumento das passagens em maio, o que culminou em mais uma intervenção do MPL, que se estendeu até junho. Todas essas mobilizações, assim como as demais orientadas pelo MPL, seguiram um padrão: a partir da causa pretendida, pessoas eram convidadas por meio das redes sociais a participar de protestos, que incluíam a ocupação de importantes ruas (SINGER, 2013).

A luta que abriu o mês de junho de 2013 apresentava oposição ao reajuste de R\$ 0,20 nas passagens de ônibus da capital São Paulo. Militantes do MPL e simpatizantes à causa expuseram sua indignação nas ruas nos dias 06, 10, 11 e 13. As duas últimas manifestações seriam determinantes para os acontecimentos subsequentes. Como indicam André Singer (2013), Fabiano Santos (2013) e Laura Trajber Waisbich (2013), a falta de tato da Polícia Militar para com os manifestantes foi o elemento responsável por atrair a simpatia das pessoas e o apoio de outros grupos políticos. A cada mobilização, o número de participantes ia se ampliando, já alcançando o número de cinco mil. No movimento de 11 de junho, alguns manifestantes lançaram mão de meios violentos, depredando bens públicos, carros e lojas. A PM reagiu com truculência, utilizando sem critério armas não-letais como bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha, *spray* de pimenta e bombas de efeito moral. Havendo o indicativo de nova manifestação, o governador Geraldo Alckmin instruiu suas forças policiais a endurecer o cerco contra os protestos. Em resposta, a mobilização pacífica de 13 de junho foi fortemente reprimida. Armas não-letais foram lançadas em jornalistas que cobriam o acontecimento, assim como em pessoas que estavam simplesmente passando pelo local no momento. Participantes, grande parte deles estudantes, foram detidos sem justificativa

razoável; alguns deles foram abordados simplesmente por estarem portando vinagre, que alivia o efeito do gás lacrimogêneo (SINGER, 2013).

Surpreendidos com a ação abusiva da PM, gente de todo o país começou a se solidarizar pelo movimento. Laura Trajber Waisbich (2013) afirma que os novos defensores que foram se agregando não necessariamente concordavam com a causa, mas a apoiaram principalmente para expor sua indignação com a repressão policial e lutar pelo direito de ir às ruas protestar livremente. As manifestações que se seguiram, entre os dias 17 e 20 de junho, passaram a reunir centenas de milhares de pessoas. Com o grito de “não é só por 20 centavos”, a rejeição ao aumento das passagens se perdeu entre outras tantas reivindicações, como a rejeição à Copa do Mundo sediada no Brasil, a punição para os casos de corrupção no governo, o afastamento da presidente Dilma Rousseff e o pedido de uma nova edição do golpe militar. Imediatamente, as manifestações se espalharam pelo país sob a direção de outros movimentos sociais além do MPL, como o Comitê Popular da Copa. Um importante combustível foi o início da Copa das Confederações, em 16 de julho. As cidades que abrigariam os jogos – Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro – tornaram-se também cenário de maciços protestos.

Na fase inicial das manifestações paulistanas, entre os dias 06 e 13 de junho, os veículos midiáticos se posicionaram contrários aos levantes. Manteve-se a reação tradicional: noticiários e jornais apresentaram os acontecimentos de forma parcial, privilegiando as ações violentas de alguns manifestantes, defendendo a repressão policial e desqualificando a causa. Implicitamente, o intuito era o de coibir o surgimento de novos apoiadores. Tal posição é reflexo do conservadorismo de grande parte dos meios de comunicação, que desvaloriza a luta de movimentos sociais e de grupos minoritários em detrimento da manutenção do *status quo*. Depois dos movimentos de 13 de junho, os veículos midiáticos começaram a difundir o oposto. As mobilizações passaram a ser anunciadas como expressões de cidadania e de nacionalismo, válidas enquanto se mantivessem pacíficas e defendessem causas menos radicais, como o combate à corrupção. Com isso, revistas como *Veja* e *Época* apontaram como pautas das manifestações a reforma política e a crítica ao atual Governo Federal. Desse modo, os meios de comunicação contribuíram para que o foco dos protestos mudasse e se tornasse indefinido (FONSÊCA, 2013).

Com a expansão dos protestos pelo Brasil, seu público se diversificou. Na fase inicial das manifestações paulistanas, ele era composto por simpatizantes da causa e do MPL, além

de universitários e filiados a partidos políticos de esquerda, como PSOL e PSTU. Ao se popularizar, os levantes ganharam a participação também de apoiadores de direita, ativistas de causas como o movimento LGBT, anarquistas, neonazistas e fascistas (SANTOS, 2013). Entretanto, não há consenso quanto à composição da massa que foi às ruas. Laura Trajber Waisbich (2013) traça um perfil mais definido dos participantes das manifestações de junho de 2013. A partir de uma pesquisa do Instituto Datafolha, a autora indica que a maior parte dos manifestantes tinha até 35 anos e formação superior, sem filiação partidária e sem experiência em militância política. Quanto à classe de origem dos manifestantes, Waisbich acredita que as classes mais pobres tiveram atuação reduzida nos levantes. A justificativa é de que existem obstáculos à participação de grupos pobres e marginalizados que os impedem de colaborar em ações coletivas, mesmo que eles sejam os principais beneficiários. Em relação ao muito alardeado protagonismo da classe média nas manifestações, a autora apresenta uma cisão. De acordo com ela, uns consideram que os protestos eram guiados pela velha classe média, que não teria se beneficiado com as iniciativas do último governo, de modo a não ver sua renda crescer e ainda assim ter de encarar altos impostos e inflação. Para outros, os movimentos viriam da nova classe média, que emergiu na última década e que defende mais ação do Estado.

Já Maurilio Lima Botelho (2013) defende que o tal protagonismo da classe média é uma generalização incorreta e que “a interpretação social traz sempre as marcas do grupo que a pronuncia” (BOTELHO, 2013, p. 122). Com isso, o autor denuncia que a identificação da classe média como a principal força das manifestações acabou por centrar e justificar as opiniões positivas ou negativas. Assim, grupos conservadores passaram a apoiar os protestos, especialmente em relação à pauta de combate corrupção, com a explicação de que aqueles que supostamente estavam às ruas eram quem mais tinham encargos com impostos e menor retorno. Por outro lado, grupos aliados à esquerda associaram o domínio da classe média como um fator de risco, defendendo que as manifestações poderiam tomar rumos conservadores e preocupantes. Botelho indica ainda que reduzir os movimentos à classe média é ignorar as manifestações lideradas por movimentos sociais de sem-terra, sem-teto e de pequenos agricultores que também ocorreram no período, como aquela do dia 25 de junho que levou moradores da Rocinha em marcha até a residência do governador Sérgio Cabral.

Uma importante característica das manifestações de junho de 2013 é a rejeição ao envolvimento de partidos políticos. Fabiano Santos (2013) atribui essa rejeição ao que ele

considera o “braço fascista” das mobilizações, que seria intolerante à pluralidade de interesses e opiniões. Disseminou-se o entendimento de que a razão dos problemas brasileiros residiria na política e em seus políticos corruptos, organizados em quadrilhas especializadas em desviar dinheiro público. O Poder Judiciário e o Ministério Público estariam imunes à suposta desonestidade generalizada. Contudo, eles seriam incapazes de frear a corrupção. Ao considerar que a maioria da população seria pobre, mal escolarizada e se beneficiaria dos programas sociais oferecidos pelo Estado, conclui-se que as eleições seriam um mecanismo de manutenção da corrupção no poder. A ligação entre partidos políticos, conquista de votos, manutenção da corrupção e persistência de condições precárias para a população justificou a repulsa à participação dos partidos. Guilherme Ribeiro (2013) possui outra explicação para a contestação aos partidos políticos. Ele afirma que o rechaço aos partidos não se relaciona com o suposto fascismo, mas sim com o modo com que a democracia tem sido desempenhada no Brasil. Em sua visão, por meio da rejeição as pessoas estavam a reivindicar por uma democracia participativa, aberta e transparente, em que os benefícios e os privilégios não sejam restritos ao pequeno grupo de deputados e senadores.

As redes sociais desempenharam papel fundamental no surgimento e na expansão dos levantes de junho de 2013. Guilherme Ribeiro (2013) exalta sua importância, declarando que elas tiveram função nuclear por terem sido capazes de atrair nos jovens a vontade de fazer política e de se engajar nos movimentos. Os eventos criados no *Facebook*, juntamente com sites, blogs e outras páginas disponíveis pela Internet, permitem a troca de informação e, principalmente, estimulam o debate livre e a formação de opinião. Além disso, há o trunfo de que a influência dos veículos tradicionais de comunicação é reduzida e facilmente contestada no meio virtual. Por conta disso, Ribeiro afirma que as redes sociais oferecem possibilidade de participação direta na política, sem o intermédio de partidos, políticos ou instituições. Todavia, Maurilio Lima Botelho (2013) considera com reticências a inserção do *Facebook* no recrutamento político. Ele aponta que os movimentos organizados pela rede social se desmobilizam na mesma velocidade em que adquirem apoiadores. Por este motivo, a mobilização tradicional, com panfletagem e contato direto com as pessoas, não deve ser substituída. Outro aspecto negativo é que os movimentos organizados pelas redes sociais são mais vulneráveis, visto que têm largo alcance e podem ser facilmente acessados por qualquer pessoa. Com isso, se amplia a possibilidade de que agentes infiltrados (tanto pela polícia quanto por outros grupos) possam rastrear cada ação e interferir. Botelho também se atenta para o fato que o advento das redes sociais atrai uma militância artificial, reproduzível. Nessa

nova forma de ativismo, a realidade que se busca transformar não é a realidade em si, mas aquela construída e difundida na rede, e a causa em si acaba ofuscada pela ação que se realiza para ser reproduzida, para ser transformada em imagem e/ou declaração a ser divulgada nas redes sociais. Sobre isso, o autor declara: “o resultado de todo esse emaranhado de mensagens era uma surdez generalizada: todos tinham algo a dizer, mas poucos estavam lá para ouvir” (BOTELHO, 2013, p. 126).

Muitos dos que observavam, atônitos, as manifestações de junho de 2013 e tentavam imaginar quais seriam os seus rumos afirmaram que tratava-se da “Primavera brasileira”. O apelido remete à Primavera Árabe, que consistiu em uma série de revoluções populares iniciadas em 2011 que se opunham ao regime em vigor, sendo a mais célebre aquela que derrubou o regime autoritário do Egito (COLLINS, 2013). Guilherme Ribeiro (2013) declara que os dois acontecimentos possuem parentesco. Apesar de terem surgido em contextos muito distintos, em ambas as situações emergiu a indignação e o sentimento de que o Estado se mantinha afastado das demandas e das necessidades de sua população e de que se fazia necessário buscar outras formas de se fazer democracia e de se promover a representação dos cidadãos. Nos dois acontecimentos as redes sociais desempenharam função imprescindível, ao difundir, ampliar e potencializar os levantes. Já Laura Trajber Waisbich (2013) considera que as semelhanças entre os dois eventos repousam no uso de “repertórios de ação globais”, determinados pelos atuais processos de globalização e pela integração tecnológica promovida a nível mundial. Tais repertórios reúnem a transmissão de *slogans* de luta e troca de informações e de experiências. Waisbich declara que as similitudes entre a Primavera Árabe e as nossas manifestações de junho de 2013 abrangem um provável esgotamento da democracia representativa (como vem sendo promovida) e também como a ocorrência de profunda mudança econômica, responsável por impactos sobre a classe média.

3. A MOVIMENTAÇÃO NÃO É SÓ NAS RUAS: O PAPEL DO FACEBOOK ENQUANTO DIFUSOR DE OPINIÕES E MOBILIZADOR

a. Relevância política da Internet e das redes sociais

A disseminação do uso de novas tecnologias, como a Internet, atribuiu funções e significados para além do entretenimento e da mera navegação. Como Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2006) atesta, já se inseriu no debate político a possibilidade de que a Internet possa ser uma nova ferramenta para a revitalização da democracia e de suas instituições.

A Internet é um espaço livre, aberto e sem grandes custos, capaz de conectar pessoas do mundo inteiro. Tais características permitem que qualquer indivíduo possa dela usufruir sem constrangimentos. Isso inclui o acesso a conteúdos de interesse, a expressão de opiniões e posicionamentos, a troca de informações e a participação em debates com a sociedade civil. Devido a todos esses atributos, diversos autores, segundo Marques (2006), consideram que a Internet revigora a esfera pública política argumentativa. Isso significa que as possibilidades de diálogo e troca de informações poderiam inspirar os indivíduos a participar mais ativamente da esfera pública, conseqüentemente reanimando o interesse pelo exercício da cidadania. A Internet seria capaz de aproximar o Estado da sociedade, pois com este recurso ele se tornaria capaz de oferecer serviços de forma ágil, conveniente e com transparência. Além disso, o oligopólio dos veículos de comunicação seria enfraquecido, graças às trocas de informação no meio cibernético.

Jorge Francisco Aguirre Sala (2013) considera que o raciocínio de que os cidadãos não estariam capacitados para contribuir ativamente com o governo contribuiu para que os partidos políticos e os governantes passassem por um processo de “oligaquização” e de burocratização. Para combater este déficit democrático, fazer-se necessário compartilhar o poder entre representantes e representados, de modo a inserir dinamismo, flexibilidade e participação cívica na tomada de decisão política.

Diante da ausência institucional e da ineficiência das garantias de exercício de direitos, a sociedade deve buscar outros meios além do sistema burocrático para participar. A atuação

civil, segundo Sala (2013) deve ultrapassar a mera fiscalização dos políticos eleitos, se estendendo à influência sobre decisões e responsabilidades junto aos políticos. As redes sociais, segundo o autor, são capazes de promover tais mudanças na participação política. Elas seriam capazes de reforçar a cidadania e de colaborar para descentralizar a democracia, pois conseguiriam superar a assimetria de informação entre representantes e representados e a eventual manipulação dos veículos de comunicação, fatores que se impõem como obstáculos à participação em outras esferas institucionalizadas.

Apesar de todas as potencialidades, Marques (2006) defende que há uma “euforia” quanto às tecnologias de comunicação e informação. Para ele, a Internet e os espaços discursivos por ela proporcionados devem ser usados como mecanismos para aperfeiçoar as instituições democráticas em vez de substituí-las. O ideal de que a esfera virtual adquira aspectos de espaço público deliberativo para grandes questões nacionais ou de massiva visibilidade é difícil de ser plenamente alcançado. Por exemplo, ao se desejar que representantes políticos discutam e decidam sobre políticas por meio de tecnologias digitais, haveria efetivamente a substituição de um canal comunicativo por outro, sem a inclusão de atores ou outras diferenças substantivas. Por conta disso, o autor acredita que os espaços digitais de discussão são mais eficazes na função de promover o debate civil, de modo a tentar empoderar atores tradicionalmente periféricos. Ainda assim, se reconhece que as discussões que ocorrem livremente no ambiente cibernético têm reduzido potencial de alcance e influência e que muitas vezes eles funcionam com fonte de conteúdo para consumo individual, de divulgação. O que Marques conclui é que mesmo na Internet as pessoas têm reduzida disponibilidade e dedicação para debater.

Existe uma corrente de pensamento que vê com resistência a ideia de que a democracia possa ser aperfeiçoada pelas tecnologias digitais de comunicação. Wolton (2001) acredita que a Internet e seus espaços de discussão são repletos de caos e de “experimentação adolescente”. Principalmente, não há garantia de que a disponibilidade de um espaço aberto ao debate político seja capaz de estimular pessoas fisicamente distantes a se expressar de forma civilizada. Downey e Fenton (2003) consideram que a Internet pode estimular a fragmentação social. Apesar de tornar mais próximas aqueles que estão fisicamente distantes, as tecnologias de comunicação favorecem que as pessoas sigam diferentes direções, busquem diferentes assuntos, estabelecendo uma visão individualista. Dean (2003) afirma que o espaço cibernético é desorganizado, proporciona choques culturais e não consegue alcançar um

mínimo de consenso quanto aos temas coletivos, por isso seus ambientes de debate têm efetividade indireta. Para Buchstein (1997), a Internet não deve ser considerada como uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia por três motivos: os cidadãos comuns não têm propriedade para discutir assuntos que exigem conhecimento específico e capacidade de julgamento; as tecnologias de comunicação e informação têm público elitizado; ao se manifestar no espaço cibernético, a esfera pública muda sua natureza, pois as interações deixam de ser presenciais. Marques (2006) adiciona ainda que em grande quantidade de espaços de debate disponíveis na Internet é comum a troca de ofensas e a intolerância a determinados posicionamentos, o que não constitui uma atitude democrática e atesta que as novas tecnologias de comunicação não são o ambiente ideal para a discussão racional e a formação de consenso.

Quanto à democracia digital conduzida pelo Estado, as perspectivas também são pessimistas. Marques (2010) aponta que há desinteresse por parte dos representantes políticos e de suas instituições em ampliar seu relacionamento com a sociedade. Há resistência em incorporar alterações no processo de tomada de decisão política e há desconforto por parte dos representantes em repartir poder político com os cidadãos. Graças a isso, parcela considerável das iniciativas de democracia digital atribui à sociedade a participação como clientes. Outro fator de dificuldade são os altos custos de implementação: enquanto que para os civis a participação é conveniente e barata, o ônus é transferido para as instituições do Estado, que precisam investir em funcionários equipamentos para manter o projeto. Para que essas experiências digitais de participação sejam bem sucedidas, é preciso estimular o engajamento cívico por meio do reforço da credibilidade da representação política e de suas instituições. Principalmente, é preciso compreender que a Internet não é capaz de fornecer todas as soluções para os problemas democráticos.

b. Sobre a pesquisa

Considerando-se a função das redes sociais como difusoras de informação e opinião, escolheu-se analisar o posicionamento dos brasileiros em relação ao Regime Militar, ao PT e ao comunismo por meio de pesquisa na rede social *Facebook*. Foram estabelecidas três palavras-chave: Comunismo, Ditadura Militar e Golpe. Com tais, foi feita uma busca por páginas, perfis, eventos e grupos abertos na rede social. Aqueles que retornaram a busca

passaram por uma análise prévia de conteúdo. Os diferentes conjuntos de conteúdo do *Facebook* que não apresentavam algum tipo de relação com regime militar, comunismo e/ou governo do PT foram desconsiderados. Os demais, cujo conteúdo tinha alguma relação com os temas considerados pela pesquisa, passaram por análise detalhada de suas imagens, *posts* e comentários aos *posts*. As expressões de opinião que mencionavam um dos temas – regime militar, comunismo ou governo do PT - foram sendo armazenadas em um banco de dados em forma de telas¹.

A partir de exame prévio do conteúdo coletado, foi elaborado um questionário no software estatístico Sphinx². Este questionário continha perguntas relacionadas ao tema das telas (se havia apologia ao Regime Militar, crítica ao PT e/ou oposição ao comunismo, e quais eram os principais argumentos utilizados), ao tipo de página de origem da tela, às pessoas que faziam as postagens e as comentavam, ao número de curtidas e compartilhamentos do conteúdo e aos fatos mencionados. Cada uma das telas coletadas foi analisada por meio do questionário, resultando em 206 observações³.

Temas	Argumentos
Apoio ao retorno do Regime Militar	O retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país.
	O Regime Militar seria capaz de combater a corrupção.
	Os militares são mais comprometidos com o país do que os governantes civis.
	É preciso impedir a eminente ditadura comunista.
	Durante o Regime Militar o país passou por grande desenvolvimento e a população possuía melhores condições.
	Os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país.
	O povo é ignorante e incapaz de administrar o país por meio da democracia. Por isso, faz-se necessária liderança militar.
	O Regime Militar, na verdade, não foi um governo repressivo e autoritário.
	O Regime Militar incentivava o patriotismo.
Insatisfação em relação ao PT	Os militares faziam cumprir as leis.
	O partido apoia o comunismo.
	O partido inseriu comunistas no poder.
	O partido é culpado pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos.
	O partido é responsável pelo avanço da corrupção sobre o Estado.
	O partido é incompetente para governar.
O Programa Mais Médicos é uma iniciativa disfarçada de inserção de comunistas no país para promover o golpe.	

¹ Tela corresponde ao conteúdo armazenado a partir do seguinte método: a página do *Facebook* correspondente ao conteúdo encontrado era copiada por meio de *Print Screen* e salva em formato de arquivo de imagem.

² Veja o questionário na íntegra no anexo A.

³ A observação equivale a um questionário completamente respondido.

	No poder, o partido desenvolveu programas sociais e políticas públicas que tem favorecido bandidos e vadios.
Rejeição ao comunismo	O comunismo é responsável pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos.
	O comunismo promoveu inúmeras mortes ao redor do mundo.
	O comunismo propicia a desordem da sociedade e de seus costumes.
	O comunismo dissemina a violência e o banditismo.
	Há a iminência de um golpe comunista.
	Os comunistas não são dignos de crédito.
	O comunismo defende a instalação de um governo totalitário.

Quadro 1 – Argumentos explorados pela coleta e análise dos dados coletados

c. Resultados

Entre os meses de agosto e outubro de 2013 foi realizada a coleta de telas no *Facebook*, a partir das palavras-chave estipuladas. Dentre elas, a palavra-chave que retornou o maior número de conteúdo foi “comunismo”, com 52,4% de frequência.

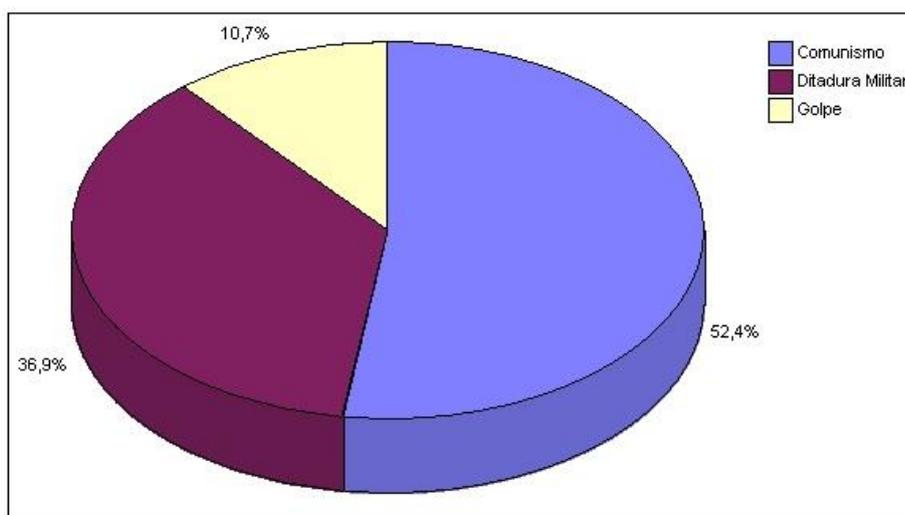


Gráfico 1 – Frequência das palavras-chave pesquisadas

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Quanto à data das postagens, o que o Gráfico 2 mostra é que a maior parte dos *posts* se deu entre o período de maio, junho e julho de 2013, especialmente neste último mês. Em setembro de 2013, a quantidade de postagens sobre os temas das palavras-chave foi reduzida para um quarto do mês anterior. A queda se estendeu para o mês subsequente, em que a quantidade de *posts* alcançou a média anterior ao mês de maio de 2013.

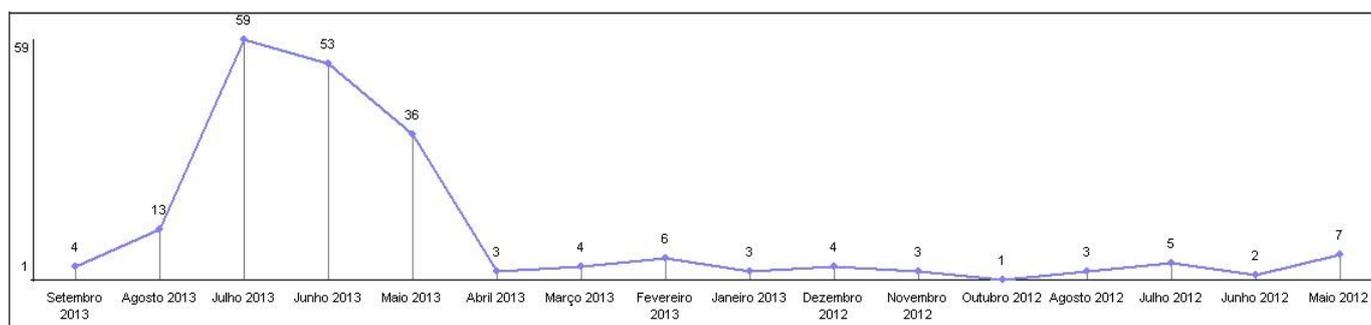


Gráfico 2 – Data das postagens

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Entre os dez principais autores das postagens, sete deles são proprietários de páginas⁴ no *Facebook* que tratam dos temas de apoio ao retorno do Regime Militar, de insatisfação com o governo do PT e de oposição ao comunismo. São eles a OCC, o Regime Militar JÁ, o Golpe Militar 2014, o Não Vire à Esquerda, o Militares No Poder, JÁ, a Resistência anti-socialismo (nazismo, comunismo e doutrinas vermelhas) e o Anti Comunismo. Este dado demonstra que as páginas criadas no *Facebook* não são somente espaço para discussão de temas pertinentes àqueles que as acompanham. Elas também funcionam como mecanismo de reprodução e disseminação de ideias por parte de seus autores.

Autor	Frequência
OCC - Organização de Combate à Corrupção	16,00%
Regime Militar JÁ	11,70%
Golpe Militar 2014	10,70%
Não Vire à Esquerda	9,70%
Militares No Poder, JÁ	7,80%
Resistência anti-socialismo (nazismo, comunismo e doutrinas vermelhas)	7,80%
Osmar Oliveira	3,40%
Carlos Eduardo Ribeiro	1,90%
Osvaldo Aires Bade	1,90%
Anti Comunismo	1,00%

Tabela 1 – Principais autores das postagens

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

⁴ Entende-se como proprietário de uma página no *Facebook* o perfil que criou a página na rede social. Esse perfil pode corresponder a um indivíduo, a um grupo a um personagem fictício.

Em relação ao número de curtidas, a maior parte das postagens, 79,1%, recebeu quantidade inferior a 50 *likes*. Somente 12,7% dos *posts* recebeu mais de 100 curtidas. Ao se considerar o número de curtidas das páginas que originaram mais telas, respectivamente - Militares No Poder, JÁ, com 4095 curtidas; Regime Militar JÁ, com 4080; e Golpe Militar 2014, com 24499⁵ - infere-se que o público das referidas páginas do *Facebook* não concorda ou não se interessa totalmente pelo seu conteúdo.

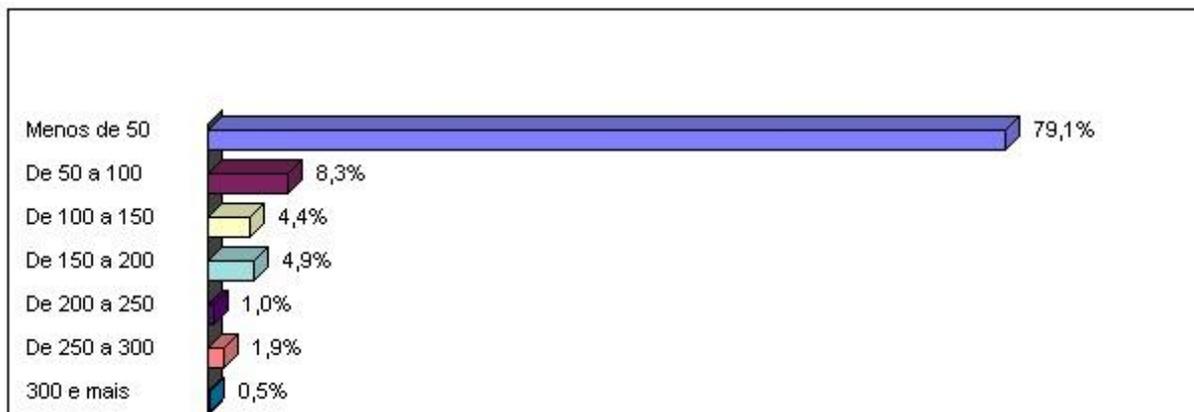


Gráfico 3 – Quantidade de *likes* por postagem.

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Mais da metade dos comentários e imagens analisados tinham em seu conteúdo algum tipo de apologia ao retorno do Regime Militar, como pode ser visto no Gráfico 4.

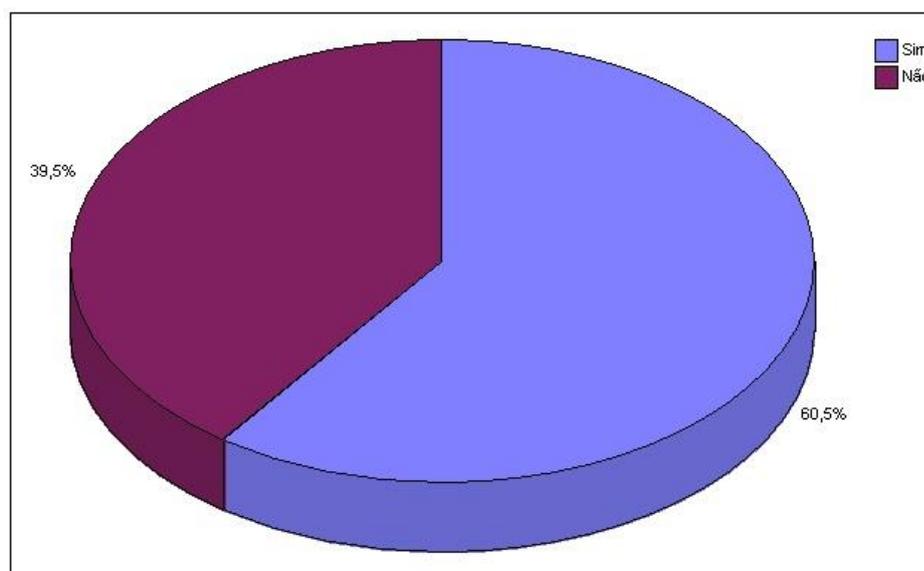


Gráfico 4 – Apologia ao retorno do Regime Militar

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

⁵ O número de curtidas da página refere-se a julho de 2014.

No que tange aos argumentos que justificam a preferência pelo Regime Militar, aquele mais evocado é o de que “Os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país”, com 39,4%. Em seguida, surgem as afirmações de que “O Regime Militar seria capaz de combater a corrupção”, com 14,5%, e que “O retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país”, com 11,6%.

Argumentos a favor do Regime Militar	Frequência
Os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país.	47,6%
O Regime Militar seria capaz de combater a corrupção.	17,5%
O retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país.	14,1%
É preciso impedir a eminente ditadura comunista.	9,2%
Os militares são mais comprometidos com o país do que os governantes civis.	7,8%
Durante o Regime Militar o país passou por grande desenvolvimento e a população possuía melhores condições.	7,3%
Os militares faziam cumprir as leis.	6,8%
O Regime Militar, na verdade, não foi um governo repressivo e autoritário.	6,8%
O Regime Militar incentivava o patriotismo.	1,9%
O povo é ignorante e incapaz de administrar o país por meio da democracia. Por isso, faz-se necessária liderança militar	1,9%

Tabela 2 – Argumentos de defesa ao retorno do Regime Militar

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

O gráfico 5 expõe que 52,2% dos comentários e imagens coletados apresentam algum tipo de insatisfação relativa ao PT.

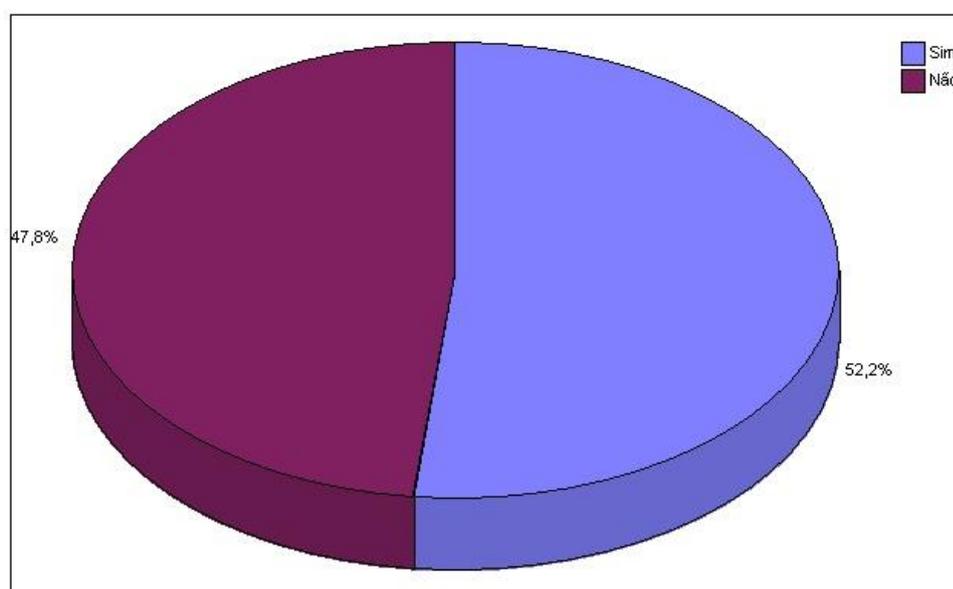


Gráfico 5 – Insatisfação relativa ao PT

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Entre os argumentos utilizados nos *posts* para explicar a insatisfação com o PT, o mais citado foi o de que “O partido seria responsável pelo avanço da corrupção sobre o Estado”, com 30,1%. Em seguida recebe destaque um dos argumentos que relaciona o partido ao comunismo: “O partido apoia o comunismo”, com 28,2%. A terceira justificativa mais utilizada é a de que “O partido é incompetente para governar”, com 19,9%.

Argumentos contra o Governo do PT	Frequência
O partido é responsável pelo avanço da corrupção sobre o Estado.	30,1%
O partido apoia o comunismo.	28,2%
O partido é incompetente para governar.	19,9%
O partido inseriu comunistas no poder.	18,4%
O partido é culpado pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos.	10,2%
No poder, o partido desenvolveu programas sociais e políticas públicas que tem favorecido bandidos e vadios.	4,9%
O Programa Mais Médicos é uma iniciativa disfarçada de inserção de comunistas no país para promover o golpe.	3,9%

Tabela 3 – Justificativas para a insatisfação relativa ao PT

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Mais da metade das postagens consideradas pela pesquisa possui algum tipo de conteúdo de rejeição ao comunismo: 60%. Este valor é semelhante à quantidade de *posts* que possui algum tipo de apologia ao Regime Militar.

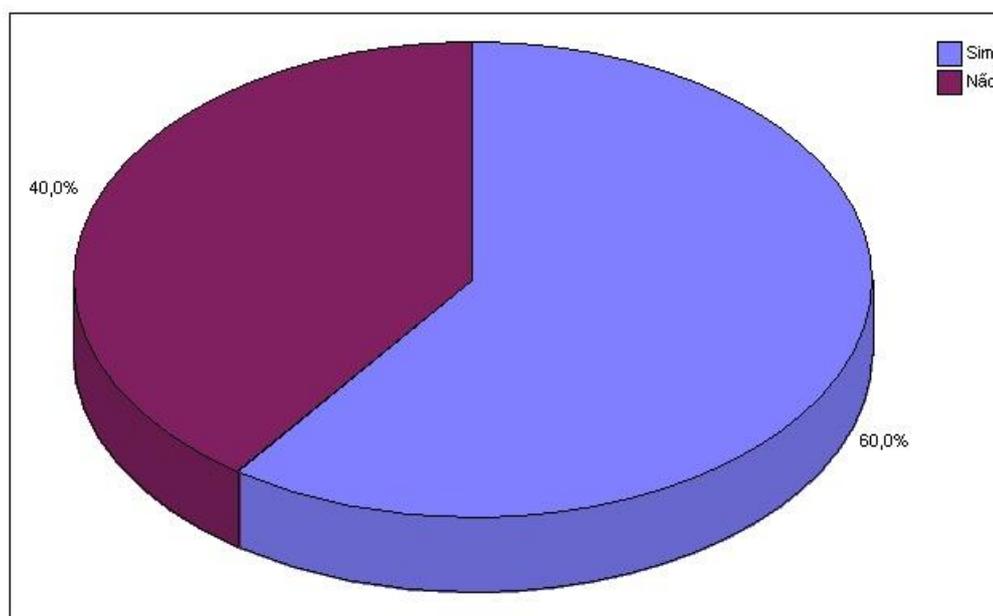


Gráfico 6 – Rejeição ao comunismo

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Entre os argumentos de rejeição ao comunismo, os principais são: “Os comunistas não são dignos de crédito”, com 44,2%; “Há a iminência de um golpe comunista”, com 20,4%; e “O comunismo teria promovido inúmeras mortes ao redor do mundo”, com 10,2%.

Argumentos contra o Comunismo	Frequência
Os comunistas não são dignos de crédito.	44,2%
Há a iminência de um golpe comunista.	20,4%
O comunismo promoveu inúmeras mortes ao redor do mundo.	10,2%
O comunismo defende a instalação de um governo totalitário.	9,2%
O comunismo propicia a desordem da sociedade e de seus costumes.	6,8%
O comunismo é responsável pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos.	4,9%
O comunismo dissemina a violência e o banditismo.	4,9%

Tabela 4 – Argumentos de rejeição ao comunismo

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Ao se examinar a ligação entre o apoio ao retorno do Regime Militar com a insatisfação relativa ao PT e a rejeição ao comunismo, nota-se a interligação entre os temas. Entre todos os comentários e imagens que expressam algum tipo apologia ao Regime Militar, 46,8% deles também apresentam críticas ao PT e 45,2% deles possuem alguma forma de rejeição ao comunismo. Por outro lado, nos *posts* que não têm nenhum tipo de apoio à volta do Regime Militar, 60,5% deles demonstra insatisfação para com o PT e 82,7% deles expressa oposição ao comunismo.

Crítica ao PT / Apologia ao regime militar	Sim	Não	TOTAL
Sim	46,80%	53,20%	100%
Não	60,50%	39,50%	100%
TOTAL	51,90%	47,60%	100%

Tabela 5 – Relação entre apologia ao Regime Militar e crítica ao PT

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Teor anti-comunista / Apologia ao regime militar	Sim	Não	TOTAL
Sim	45,20%	54,80%	100%
Não	82,70%	17,30%	100%
TOTAL	59,70%	39,80%	100%

Tabela 6 – Relação entre apologia ao Regime Militar e teor anti-comunista nos comentários

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Existe forte correlação entre as demonstrações de insatisfação com o PT e de rejeição ao comunismo. Como a Tabela 4 mostra, entre os comentários e imagens que expressam críticas sobre o PT, 71% deles também apresentam oposição ao comunismo. Quanto aos *posts*

que não possuem nenhum tipo de descontentamento com o partido, 52% deles não têm teor contrário ao comunismo. Já na Tabela 5 é possível ver que entre todas as postagens que expõem rejeição ao comunismo, 61,8% delas também apresentam críticas ao PT. Quando comentários coletados não envolvem nenhum tipo de oposição ao comunismo, 62,2% deles também não envolvem discordância com o partido.

Teor <u>anti-comunista</u> / Crítica ao PT	Sim	Não	TOTAL
Sim	71,00%	29,00%	100%
Não	48,00%	52,00%	100%
TOTAL	59,70%	39,80%	100%

Tabela 7 – Relação entre crítica ao PT e teor anti-comunista nos comentários

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Crítica ao PT / Teor <u>anti-comunista</u>	Sim	Não	TOTAL
Sim	61,80%	38,20%	100%
Não	37,80%	62,20%	100%
TOTAL	51,90%	47,60%	100%

Tabela 8 – Relação entre teor anti-comunista nos comentários e crítica ao PT

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Entre os eventos mais mencionados nos *posts* analisados por esta pesquisa, o Foro de São Paulo (25,9%), o Mensalão (11,9%) e o Programa Mais Médicos (11,1%) são os que mais se destacam. Todos estes eventos, com exceção das manifestações de junho e do golpe de 1964, são abordados de forma pejorativa nos comentários.

Evento	Frequência
Foro de São Paulo	25,90%
Mensalão	11,90%
Programa Mais Médicos	11,10%
PEC 33	7,40%
Plebiscito da reforma política	7,40%
PEC 37	6,70%
Bolsa Família	4,40%
Diretas Já	3,00%
Manifestações de junho	3,00%
Golpe de 1964	2,20%

Tabela 9 – Eventos mais mencionados

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

Um dado curioso é o das personalidades que foram mais citadas nos *posts* coletados. Relacionados ao PT estão os nomes da presidenta Dilma Rousseff (a mais mencionada, com 13,6%), do ex-presidente Lula (o segundo mais mencionado, 11,8%) e José Dirceu, ex-líder do partido e um dos principais envolvidos no escândalo do Mensalão (com 2,9%). Entre as demais personalidades, têm-se as ligadas ao socialismo, como Fidel Castro (4,3%), Hugo Chávez (2,1%) e Che Guevara (1,6%). Igualado a este último está o escritor Olavo de Carvalho (1,6%).

Personalidades	Frequência
Dilma Rousseff	13,60%
Lula	11,80%
Fidel Castro	4,30%
José Dirceu	2,90%
Hugo Chávez	2,10%
Renan Calheiros	2,40%
Che Guevara	1,60%
Olavo de Carvalho	1,60%
Fernando Henrique Cardoso	1,30%
Joaquim Barbosa	1,30%

Tabela 10 – Personalidades mais mencionadas

Fonte: pesquisa “Junho de 2013 e o Apoio ao Golpe Militar: Brasileiros e suas percepções de passado, presente e futuro”.

4. BRASIL: O PASSADO SAUDOSO, O PRESENTE AMARGO E O FUTURO PROMISSOR

a. “Regime Militar de volta!”

Inicialmente, o que havia era a expressão do descontentamento com o aumento das passagens do transporte público. Alguns dias foram o bastante para transformar o descontentamento específico em algo muito maior, capaz de abarcar todo tipo de insatisfação. A massa revoltada tinha muitas reivindicações, entre elas o desejo de um novo golpe militar. Apesar de não ser um braço tão destacado das manifestações, seus apoiadores foram capazes de reunir em seu discurso a insatisfação com o governo do PT e a rejeição à ideologia comunista, movimentando as redes sociais.

A compreensão e a contextualização adequadas do apoio ao retorno do regime militar, da oposição ao governo do PT e da rejeição ao comunismo requerem o conhecimento dos fatos e dos elementos a que eles fazem referência. Para tanto, os próximos tópicos contarão com o auxílio da literatura para reconstruir as trajetórias da ditadura militar, do movimento comunista e do PT.

i. Golpe de 1964 e a ditadura militar

O Golpe Militar brasileiro, estabelecido em abril de 1964, interrompeu o mandato do presidente João Goulart e com ele estancou o estabelecimento de amplas reformas sociais e políticas, apoiadas por diversos setores da sociedade. Caio Navarro de Toledo (2004) traça a trajetória dos acontecimentos que conduziram à ditadura. Desde o surgimento da república era constante a ameaça de golpe contra as instituições brasileiras, ainda vulneráveis. Os grupos conservadores e liberais da sociedade se esforçavam em coibir a ampliação das liberdades políticas e a garantia de direitos sociais para as classes mais baixas. Tal perigo se intensificou nos governos que se sucederam à Constituição de 1946 e o golpe de estado enfim encontrou cenário propício para se estabelecer em 1964.

Jango assumiu a presidência no fim de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros. Contudo, ele só pôde efetivamente governar no início de 1963, quando se definiu que o

presidencialismo voltaria vigorar. Na ocasião, tinha-se um cenário intrincado: havia dois anos o país se via em meio a uma crise econômico-financeira e política, que vinha provocando tensões sociais. Para completar, a posse e a permanência de Goulart somente se tornaram possíveis porque se firmou o compromisso de apoio aos interesses dos setores conservador, reformista e socialista, pouco conciliáveis entre si.

Em resposta à crise financeira, o governo lançou o “Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social: 1963-1965”, que buscava combinar controle inflacionário com desenvolvimentismo. Ao impor sobre os trabalhadores ônus em troca de benefícios em longo prazo, o plano ganhou o repúdio deles, que por meio de seus sindicatos pressionaram o empresariado, que passou a apoiá-los na insatisfação. Algumas iniciativas do governo ampliaram o desagrado da população, como a retirada do subsídio do petróleo e do trigo, agravando a crise. Pela conjunção de todos esses fatores, o Plano Trienal não foi bem-sucedido.

Imediatamente, o governo passou a defender a necessidade de reformas de base, que abrangeriam áreas como a bancária, fiscal, eleitoral e principalmente a agrária e seriam capazes de impulsionar o capitalismo industrial brasileiro ao desenvolvimento. Setores da esquerda nacionalista e da classe trabalhadora, representada pelo Comando Geral dos Trabalhadores, logo declararam seu apoio à iniciativa. Apesar de o plano econômico desagradar os trabalhadores, o governo de Jango possuiu caráter populista, que se manifestava no apoio e no respaldo oferecido às greves organizadas pelos seus sindicatos. Os setores conservadores da sociedade, compostos pelos proprietários rurais, a Igreja Católica, o PSD e a UDN, se opunham às reformas de base, especialmente à reforma agrária. A classe reacionária enxergava ali o embrião para a abolição da propriedade privada e para a “comunização” do Brasil. Não demorou muito para que a classe militar começasse a se preocupar com as iniciativas progressistas de Jango e com o apoio oferecido pela esquerda e pelos sindicatos dos trabalhadores. Para coibi-los, o presidente foi pressionado a instaurar o estado de sítio, em outubro de 1963, mas não obteve sucesso.

O ápice da crise política foi alcançado em 13 de março de 1964. Na data, o presidente Goulart realizou um comício na estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em que anunciou algumas iniciativas polêmicas para a instauração das reformas de base. Diante do considerado perigo iminente, a classe militar e os setores reacionários da sociedade, com a anuência da Embaixada dos Estados Unidos, se uniram para impedir as reformas. Para tanto,

lançaram-se boatos de que Jango intencionava instaurar um golpe de Estado, com o fim de estabelecer o comunismo. O presidente reagiu denunciando, em rede nacional, a existência de forças conservadoras que pleiteavam instalar um golpe. Na mesma ocasião, Goulart afirmou que o país necessitava de um “golpe de reformas”. Essas declarações foram suficientes para que a classe militar se organizasse rapidamente e depusesse o presidente em abril de 1964. Tratou-se de um movimento institucional das Forças Armadas que progressivamente dominou o governo, o Estado e a esfera política como um todo. (CODATO, 2005). Este momento da história política brasileira é bem resumido por essa fala de Florestan Fernandes:

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada ... que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político (FERNANDES, 1980, p. 113).

Uma crise de paralisia decisória teria sido o elemento fundamental para a viabilidade do golpe militar, segundo Wanderley Guilherme dos Santos (2003). O governo Jango estaria paralisado diante de um cenário político extremamente polarizado, o que afetou negativamente a conciliação e a formação de acordos com o Congresso Nacional. Um exemplo disso está nas reformas de base, que não se tornaram efetivas por não conseguirem o apoio parlamentar necessário para viabilizar alterações constitucionais que se faziam necessárias.

Para Toledo, um dos maiores prejuízos trazidos pelo golpe militar foi o sufocamento do debate político, ideológico e cultural. À época que precedeu o golpe, grupos de todas as ideologias, por meio de partidos políticos, órgãos governamentais, jornais e revistas, expressavam livremente suas propostas de mudança política e social para o país. Com a instalação da ditadura, o debate público foi calado por duas décadas.

De acordo com Adriano Nervo Codato (2005), o regime militar, que se estendeu de 1964 a 1989, pode ser entendido a partir de cinco fases. A primeira delas, de março de 1964 a dezembro de 1968, é fase de estabelecimento do regime militar-ditatorial, que inclui as gestões do presidente Castello Branco e do presidente Costa e Silva. É neste período em que os partidos políticos são extintos, se estabelece uma nova Constituição e a escolha do Presidente da República passa a ser indireta. É ainda nesta fase que se iniciam os movimentos estudantis em rejeição ao novo regime e imediatamente se fortalece a repressão por meio do

AI nº 5. A segunda fase, que corresponde ao período de 1969 a 1974, se caracterizou pela consolidação do regime e se desenvolveu durante o mandato do presidente Médici. Logo no início é estabelecida nova Constituição. Na terceira fase, desenvolve-se uma transformação no regime, sob a direção do presidente Geisel, entre os anos de 1974 e 1979. Neste momento o Congresso Nacional é fechado e o AI nº 5 é revogado. A quarta fase consiste na desagregação do regime militar, que ocorre entre os anos de 1979 e 1985, durante o governo do presidente Figueiredo. Nesta fase ocorreram eleições diretas para o governo dos estados. Por fim, a quinta fase diz respeito à transição da ditadura militar para a democracia liberal, que se deu nos anos do governo Sarney, entre 1985 e 1989. Aqui foram retomadas as eleições diretas para a Presidência da República, assim como foi elaborada a atual Constituição Federal.

Codato (2005) observa que o desenrolar dessas fases foi determinado basicamente pelos militares, inclusive a transição para a abertura política. Segundo ele, o fim da ditadura era do interesse das próprias Forças Armadas, que estavam desestabilizadas internamente. Naquele momento, eles entenderam ser necessário abrir da política para que a hierarquia a ordem pudessem retornar. Houve influência da sociedade civil nesse processo, ainda que menos decisiva.

Carlos Fico (2004) atesta que a instalação do golpe militar colocou em prática um “projeto repressivo global” cuja base residia na crença de que a ditadura seria capaz de exterminar o comunismo, a desordem e a corrupção, empecilhos ao desenvolvimento do Brasil. Essa “utopia autoritária”, por sua vez, se sustentou na percepção de superioridade que os militares tinham de si em relação aos civis. Por conta disso, os militares se consideravam os mais capacitados para consertar a sociedade, o que necessariamente incluía avançar contra o comunismo, e guia-la por bons caminhos, com o exercício pedagógico de incentivar o que seriam os bons costumes e boa moral. A “utopia autoritária” guiou parte considerável dos militares que compuseram o governo e justificou a existência de um sistema repressivo.

Como Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1997) explica, o sistema repressivo consistiu em uma estrutura única e hierarquicamente organizada. Suas ações eram dirigidas pelo Serviço Nacional de Informações, criado em 1964, que mantinha sob sua subordinação todos os demais órgãos repressivos. Para integrar os centros de informações e a polícia, surgiu o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, que contava com agentes de cada um desses órgãos. Um militar era designado para dirigir cada órgão repressivo, que se encontravam espalhados pelo país. Analistas de informações

assessoravam esse militar, transmitindo-lhes subsídios e auxiliando-os na tomada de decisão. Esses analistas eram considerados a elite do sistema e tinham de frequentar a Escola Nacional de Informações. Logo abaixo estavam os interrogadores, que conduziam e monitoravam os interrogatórios. No nível hierárquico seguinte estavam os funcionários de formação menos especializada; os captosres (policiais responsáveis pela detenção de suspeitos), a equipe administrativa e de carceragem. Finalmente, havia os informantes, que forneciam notícias sobre ações de resistência e prováveis subversivos. Estes poderiam também ser analistas, interrogadores ou captosres e eram classificados de acordo com sua confiabilidade.

Magalhães (1997) destaca que a tortura era uma prática importante para o sistema repressivo da ditadura, sendo vista por alguns como central. Juntamente com o extermínio, a tortura era uma ferramenta permitida pelas autoridades do governo, como discretamente o ex-presidente Ernesto Geisel assumiu em certa ocasião:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. [...] Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior. (D'ARAÚJO e CASTRO, 1997, pp. 224-225).

No período, este recurso ganhou complexidade e planejamento e era utilizado em interrogatórios na obtenção de informações sobre indivíduos e ações “subversivas”. Em alguns casos, o extermínio do preso político era consequente e calava definitivamente a voz de participantes de grupos de resistência. A tortura tinha outra conveniência: ela era capaz de intimidar não somente a pessoa que foi interrogada, mas também os demais indivíduos que compunham o mesmo grupo ou movimento social, colaborando para desmobilizá-los.

Outro instrumento poderoso do sistema repressivo foi a censura. Fico (2004) aponta que esta se dividia em dois tipos: a censura de diversões públicas e a censura de imprensa. A primeira categoria era legalizada e praticada desde 1945. Ela atingia expressões artísticas como o teatro, o cinema e a música. Havia os censores, cuja exclusiva função era a de analisar o conteúdo de canções, filmes e peças teatrais, de modo a identificar possíveis ameaças à moral e aos bons costumes. Seu período de maior relevância se deu no fim dos anos de 1970. A censura de imprensa, apesar de não regulamentada, era prática recorrente. Ela se expressava de forma mais discreta, por telefonemas ou bilhetes que “sugeriam” a alteração ou o descarte de determinado artigo de jornal. Seu momento de maior atividade foi entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970, quando a repressão da ditadura foi reforçada.

Havia ainda a agência de propagandas do regime, a Assessoria Especial de Relações Públicas, criada em 1968. Sua missão era produzir filmes que expusessem um país feliz e próspero, além de enaltecerem o patriotismo. Tais propagandas eram veiculadas na televisão. Curiosamente, a linha dura da ditadura considerava desnecessários os serviços da Aerp. Fico (2004) conta que eles acreditavam que o otimismo transmitido não era útil; seriam mais adequadas mensagens que expusessem a força do governo militar, com o arrependimento de presos políticos ou com o *slogan* autoritário “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Por fim, outro elemento relevante do sistema repressivo foi a repressão preventiva. Magalhães (1997) explica que esta era exercida pelos informantes, que se infiltravam em diversos lugares para coletar dados que fossem pertinentes. Ao encontrar ações ou indivíduos suspeitos, os informantes reuniam a maior quantidade possível de informações a respeito e os reportava por escrito à polícia. Deste modo, a repressão preventiva fornecia insumos para os interrogatórios, além de manter as autoridades atualizadas e atentas sobre as tendências dos movimentos de oposição.

O processo de redemocratização foi iniciado em 1974, durante o governo do presidente Geisel. Codato (2005) descreve que a transição propositadamente se deu por uma liberalização gradual e arrastada. Vários foram os motivos para a escolha desse modo de ação. Ao promover uma abertura política lenta, os militares tentaram evitar que os apoiadores do regime entendessem a iniciativa como uma renúncia ao golpe e se opusessem frontalmente. As mudanças deveriam ser graduais e limitadas, com o intuito de evitar o surgimento de uma conjuntura favorável a um golpe oposicionista. Principalmente, a transição deveria ser promovida e controlada pelo presidente, pois para que ela se desenvolvesse conforme o planejado fazia-se necessário o acompanhamento dos movimentos políticos de direita e de esquerda. O autor presume que o objetivo estratégico do processo de liberalização do regime era institucionalizar diretrizes autoritárias que se mantivessem mesmo com a saída de militares da presidência, de modo a fundar um novo modelo político que não fosse populista, nem plenamente democrático. Entretanto, o processo se desviou ligeiramente do roteiro graças às intervenções do empresariado, das classes médias e dos trabalhadores. Ainda assim, mesmo com a abertura política efetiva, Codato denuncia que não houve de fato uma substituição dos grupos relacionados ao regime militar, mas sim uma reacomodação dessas elites.

ii. Comunismo e a ditadura

O movimento comunista no Brasil se firmou com a construção do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Marcos Napolitano (2014) declara que o PCB foi quem mais contribuiu para o estabelecimento de uma cultura comunista no país. Tal cultura conciliaria características próprias da cultura política brasileira, como a conciliação, a valores, repertórios e representações comuns fundamentados no internacionalismo, no anti-imperialismo e no apoio ao modelo bolchevique soviético. O comunismo tinha o intuito de utilizar as peculiaridades brasileiras para construir uma identidade nacional e popular que pudesse unir as classes sociais e fazê-las lutar contra o imperialismo e o fascismo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o comunismo atraiu o apoio de artistas e intelectuais progressistas, atraídos pelo combate ao nazismo e ao fascismo. Napolitano (2014) aponta que tal relação foi positiva por um lado, posto que contribuiu para difundir e consolidar a produção de artistas e intelectuais que fossem comunistas, de modo a inseri-los de forma marcante na cultura brasileira. Além disso, a “militância cultural” dessa parcela do movimento, que inseria valores comunistas em suas obras, favoreceu para que o comunismo ganhasse visibilidade. Essa forma de militância foi de extrema importância durante a ditadura militar, pois se configurou como uma resistência de apelo popular. Por outro lado, entretanto, estes militantes, ligados ao PCB, se sentiram limitados pela doutrina do partido, especialmente na fase do socialismo real, que estabeleceu uma política cultural partidária restritiva. Ademais, os artistas e intelectuais historicamente foram mantidos afastados da força política do partido, de modo a pouco influenciarem no seu funcionamento e na construção de suas diretrizes.

O movimento comunista passou por um momento de isolamento, travado pelo “Manifesto de Agosto de 1950” do PCB. Este documento anunciou que não se faziam necessárias as alianças com outros grupos progressistas e nacionalistas, pois a revolução se daria no campo. Todavia, esse isolamento não perdurou. Jorge Ferreira (2013) aponta que alguns eventos ocorridos entre 1954 e 1958 forçaram a reabertura do partido. Foram eles o suicídio do presidente Getúlio Vargas, a política fortemente desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A partir de então, deu-se início a uma “nova política”, sacramentada pelo “Manifesto de Março” de 1958. Estabeleceu-se aqui que o socialismo deveria ser alcançado por meio de uma revolução pacífica, que se fizesse nos moldes da democracia e da Constituição. Isso

possibilitou que o PCB se abrisse para a sociedade, o que se expressou pelos apoios oferecidos aos sindicatos, às ligas camponesas e a outros movimentos sociais, além do surgimento do CGT. Em consequência, nesse período o comunismo conseguiu atrair mais simpatizantes e ampliar sua projeção na política brasileira. Tal prosperidade se estendeu até a instalação do golpe militar.

Diante dessa reformulação da luta, os comunistas passaram a apoiar fortemente as reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. Como Ferreira (2013) relembra, essas se tornaram a principal pauta do PCB e dos demais grupos de esquerda à época. Apesar de haver relativo dissenso interno, o comunismo atribuiu às reformas de base o aspecto de etapa do processo revolucionário que conduziria ao socialismo. Como mencionado anteriormente, a adesão dos grupos de esquerda às reformas de base foi equivocadamente interpretada pelos movimentos conservadores como uma prova de que Jango intencionava promover uma ditadura comunista no país e serviu como insumo para manipular a opinião pública e construir a conjuntura adequada para o golpe militar.

Com o estabelecimento da ditadura, o comunismo manteve as diretrizes da “nova política”. Ferreira (2013) conta que a resistência ao regime assumiu as formas política e cultural, de modo a ocupar todos os espaços do sistema que fosse possível. Todavia, durante o período em que o governo militar perdurou, os comunistas, especialmente o PCB, apresentaram muitos conflitos internos quanto aos modos de ação. O que se tinha como consenso era que o regime militar era equivalente a uma ditadura fascista e que o frentismo deveria manter o foco das lutas na busca pela democracia. Os conflitos deram lugar a uma corrente renovadora, que emergiu em meio à transição democrática, no início dos anos 1980. Tal corrente defendeu que o PCB deveria desassociar democracia política de capitalismo, de modo a toma-la como um valor universal, pelo qual seria válido travar alianças com outros setores da sociedade. Tendo este entendimento como norte, os comunistas colaboraram com o processo de redemocratização. Entretanto, Ferreira denuncia que a ampla disposição para alianças foi negativa ao comunismo, pois o manteve confinado aos interesses de grupos liberais e moderados.

iii. Partido dos Trabalhadores – surgimento, ideologia e trajetória

As mobilizações dos trabalhadores e de seus sindicatos contra o regime militar, principalmente oriundos da região do ABC Paulista, incentivaram e propiciaram o surgimento de um partido de trabalhadores, o PT, em 1980. O novo partido reuniu sindicalistas, grupos de esquerda ligados à Igreja Católica e movimentos sociais (TERRON, S. L e SOARES, G. A. D., 2010). Izabel Cristina Gomes da Costa (2013) afirma que a criação do PT trouxe aos socialistas a esperança de que uma grande renovação estaria por vir, talvez até mesmo a tão esperada revolução, e que ela seria promovida pelo próprio proletariado, que teria agora a oportunidade de conduzir seu destino.

Entre os elementos que subsidiaram o surgimento do PT, Constanza Moreira (2000) enumera alguns de ordem estrutural, como o esgotamento do ciclo econômico em vigência desde 1968 e os efeitos da industrialização pós-guerra. Tais fatores contribuíram para a emergência de um sindicalismo diferente, que é desvinculado do Estado e da sua influência por imposição, independente das elites tradicionais e de suas formas de representação e que busca se diferenciar da herança do PCB, tradicional expressão do comunismo e da luta proletária. Especialmente pelo o último, o PT pretendia partir de um “marco zero”, renegando assim influências do movimento de esquerda e desejando escrever sozinho sua própria história, que teria como ponto de partida as lutas operárias de 1978 e 1979. Este posicionamento radical trouxe a alguns militantes do PT a impressão de que o partido seria anticomunista. Por sua vez, o PTC se opôs ao surgimento do partido e o acusou de ser isolacionista e espontaneísta.

Ao apontar tantos parâmetros que não desejava seguir, o PT nasceu sem ter um projeto coerente de mudanças para a realidade brasileira. A indefinição residia até mesmo sobre a ideologia do partido: “O socialismo que nós queremos não está escrito ainda na cartilha de nenhuma corrente, de nenhum partido político. Está na ação extraordinária de todos no debate sobre o socialismo” (SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO PT, 1991). Alguns anos foram necessários para que a ideologia do PT pudesse se consolidar. Entre encontros nacionais e discussões, a estratégia do partido foi se delineado a partir da relação entre democracia e socialismo e do pluralismo ideológico, incorporando o entendimento de que o socialismo real e a social-democracia não eram o desejado. Com isso, o PT expunha mais uma vez sua intenção de renovar e de se destacar dos dois polos tradicionais do movimento de

esquerda. E para isso foi determinante que o partido tivesse se deparado, logo no início de sua trajetória, com a crise mais grave das esquerdas no mundo (COSTA, 2013).

Conforme atestam Sonia Luiza Terron e Gláucio Ary Dillon Soares (2010), o PT apresentou extraordinário crescimento, principalmente nos anos 1990, medido pela quantidade de cargos eletivos alcançados. Desde 1994, o partido compõe uma das quatro maiores bancadas da Câmara dos Deputados. O ápice veio com a conquista da Presidência da República em 2001 por Luis Inácio Lula da Silva, principal personalidade do PT. Até essa vitória, Lula vinha acumulando extensa bagagem política: além da vasta experiência no sindicalismo, o político já foi candidato ao governo do estado de São Paulo em 1982, elegeu-se em 1986 como o deputado federal mais votado até então, e se candidatou à presidência em todas as eleições a partir de 1989.

Decepcionando a expectativa de muitos, a gestão de Lula não atribuiu ao Estado a radicalidade socialista de seu partido. Francisco de Oliveira (2006) aponta que ao assumir a presidência, Lula deu início a uma gestão conservadora, que acomodou partidos aliados e simpatizantes na estrutura do governo. Principalmente, ao se inserir no Estado, o PT deixa de ser oposição. Ao tornar-se situação, o partido congela a ação dos movimentos sociais. Outro aspecto é o de apoio à classe empresarial, expresso pela escolha do presidente do Banco Central (Henrique Meireles e todos os demais nomes cogitados para o cargo eram membros do sistema financeiro) e pelo compromisso de cumprir os acordos já travados com organismos internacionais como o FMI e a OMC.

O resultado desse conjunto de escolhas, como David Samuels (2008) lembra, culminou na percepção de que o PT passou por uma transformação extrema desde que assumiu o Governo Federal. O partido assumiu comportamento moderado, tornou-se conivente com o esquema de troca de favores que movimentava a política brasileira e perdeu parte de seu compromisso ideológico. O mais alarmante foi o envolvimento com o esquema de corrupção conhecido como Mensalão, que maculou a imagem da gestão petista. Entretanto, apesar de todas essas mudanças, o PT pouco perdeu da sua base de apoio, é o que demonstra Samuels (2008) a partir de seu estudo de caso. Os militantes do partido que compunham a ala mais à esquerda do partido se afastaram, mas a perda foi compensada pelo surgimento de novos militantes.

Todavia, é importante considerar que a mudança de perfil do PT resulta de um processo que é anterior à chegada do partido no poder. Oswaldo Amaral (2013) apresenta os primeiros indícios disso. Uma das inovações a que PT se propunha quando da sua criação era o foco na participação dos filiados nas atividades e nas decisões do partido, o que seria uma forma mais democrática de conectar o partido as suas bases. Isso seria promovido pelos Núcleos de Base. Estes seriam órgãos básicos e inclusivos de organização e participação partidária e precedem o surgimento do PT em si, remontando a 1979. A formalização dos NB no estatuto e no regimento do PT, em 1981, reforçou a intenção de se erguer o partido de baixo para cima. Sobretudo, ao incorporar a estrutura do partido, os NB expressaram orientação de que o PT privilegiaria a agregação de interesses de seus militantes em detrimento da competição eleitoral, além de exercer o papel de mobilizador de outros atores de esquerda. Até 1982, os NB desempenharam papel de destaque, incentivando a forte participação dos filiados. Depois, sua importância foi sendo crescentemente reduzida, com a perda de atribuições e do incentivo à participação, e as resoluções partidárias não se esforçaram em esconder essa transformação. Os NB acabaram se tornando órgãos desarticulados e incapazes de atender aos objetivos iniciais, relegados à mera função consultiva. Surgidos em um período de grande mobilização dos movimentos sociais, esses núcleos se enfraqueceram com o avanço da democratização, momento em que a sociedade civil estava mais próxima da política institucional. Além disso, começou a surgir no PT a percepção de que os NB representariam ameaça à ampliação da base, à inserção do partido na esfera institucional e à competição eleitoral. Com isso, eles acabaram perdendo espaço para os Diretórios Municipais, que possuíam maior conexão com o plano local e seus parlamentares. O passo seguinte para celebrar a mudança de orientação veio com o surgimento do processo de eleições diretas, em 1999. Com o intuito de ampliar a base social do partido e de torna-lo mais aberto aos demais segmentos sociais, o PED se tornou o principal meio de participação dos militantes. O que caracterizou sua criação foi o argumento de que o partido deveria se identificar menos com os grupos radicais de esquerda para atrair mais apoiadores. Nesse intuito, o PED veio para reduzir atribuições dos encontros partidários, diminuir os incentivos à participação ativa e, conseqüentemente, reduzir o poder influência da ala mais radical do PT.

As transformações da organização interna do PT deixaram descontentes os grupos mais à esquerda. Perdia-se a militância aberta e inclusiva, que permitia a todo e qualquer filiado a escolha das lideranças internas, e de forte incentivo à participação. Agora tinha se

estabelecido uma forma de militância individualista e desarticulada, que enfraqueceu as conexões do partido com suas bases. Especialmente, perdia-se o caráter de predomínio dos interesses e causas de seus filiados em detrimento dos movimentos eleitorais. O PT passou a assumir um perfil que fosse mais favorável à conquista de novos militantes, mesmo que para isso a participação efetiva deles na organização partidária tivesse de ser deixada de lado. Tais alterações acabaram por marginalizar as alas mais radicais do partido, que acabaram por se descolar e compor novos partidos, a exemplo do PCO, do PSTU e do PSOL. Já nesse momento é possível observar um distanciamento do socialismo revolucionário que era defendido à época do surgimento do partido.

Quando aos rumos do PT, André Singer (2010) reúne o que seriam as prováveis orientações, identificadas pela bibliografia especializada. A primeira delas aposta na crescente moderação do tom do partido, com a perda no interesse de revolucionar o país. A segunda corrente enxerga a transição de um partido fortemente ideológico para outro no estilo *catch all*, ou seja, que faz de tudo para obter votos. A terceira linha aponta para um enfraquecimento das relações com os movimentos sociais em detrimento da permanência do acesso privilegiado aos mecanismos do Estado. Finalmente, a última orientação prevê que as bases do PT percam lugar e influência para a crescente importância da burocracia profissionalizada do partido. A aposta de Singer é o que PT manterá seus dois espíritos opostos, porém conciliatórios. Ele defende que o partido não abandonou suas diretrizes ideológicas e que continua a lutar pelo socialismo. A expressão disso está na criação do Ministério do Desenvolvimento Social e na promoção de programas sociais, como o Bolsa Família, iniciativas que buscam elevar a qualidade de vida dos pobres e excluídos. Contudo, para garantir a execução de seu projeto nacional-popular, o PT tem de estabelecer alianças políticas que não levam em conta aspectos ideológicos. O esforço se justifica porque, ao alcançar a presidência o partido se comprometeu a garantir interesses pouco conciliáveis, como a execução de reformas estruturais profundas e a manutenção da estabilidade econômica. O autor acredita nessa fórmula, pois, segundo ele, ela vigora desde 2002 e consiste em uma “aliança de classe”.

5. REGIME MILITAR ENQUANTO SIGNIFICANTE VAZIO E CRISE DO SISTEMA REPRESENTATIVO BRASILEIRO

Ao se analisar os resultados da pesquisa realizada no *Facebook* e associá-los à revisão bibliográfica dos temas centrais dos dados coletados – regime militar, governo do PT e comunismo – é possível dialogar com as opiniões que foram expressas na rede social e fazer interpretações.

Primeiramente, é reforçada a percepção de que as manifestações de junho de 2013 foram um fenômeno marcante, cuja influência não se restringiu aos protestos de rua. Ao se constatar que parte expressiva das postagens cujo conteúdo trata de regime militar, governo do PT e/ou comunismo foram criadas entre junho e julho de 2013, apreende-se que os *posts* foram inspirados pelo “espírito cidadão” disseminado nos levantes. As manifestações de rua animaram as pessoas a expressarem suas opiniões e a debaterem suas concepções sobre as causas dos protestos. Tal interpretação se confirma ao se notar que os comentários dos temas examinados são proferidos na rede social desde maio de 2012 (data do comentário mais antigo), mas em frequência reduzida.

Adiante, os principais argumentos utilizados para justificar o apoio ao regime militar atestam que parcela da população brasileira ainda lembra e, principalmente, acredita nas explicações oferecidas para justificar o golpe de 1964 e sua manutenção. A defesa de que “os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país” é também a confissão de que os militares ainda são considerados superiores aos simples cidadãos. Conforme apresentou Carlos Fico (2004), essa suposta superioridade alimentou a “utopia autoritária” dos dirigentes da ditadura. Essa mesma utopia é reafirmada com as alegações de que “o Regime Militar seria capaz de combater a corrupção” e de que “o retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país”. Estes dois argumentos atribuem capacidades extraordinárias ao militares, como se pelo simples fato de eles vestirem farda e serem submetidos a uma hierarquia houvesse garantia de perfeição e ordem em qualquer causa em que eles pudessem se envolver.

A extrema confiabilidade reservada à classe militar, já explicada pela ideia de superioridade, também pode ser atribuída à manipulação de opinião que se estendeu pela

ditadura. Como os rádios, jornais e revistas não publicitavam os extermínios e interrogatórios abusivos, muito menos os problemas econômicos, as desigualdades sociais e as crises internas ao regime, havia a compreensão generalizada de que tudo funcionava muito bem, com estabilidade, patriotismo e segurança. Colaboravam ainda para a construção desse cenário imaginário as propagandas da Aerp, que disseminavam a plenitude e a prosperidade que seriam comuns em todo o país. Pode-se notar que o caráter doutrinador do regime militar funcionou muito bem, tanto é que ainda hoje se acredita no suposto bem-estar garantido pelo regime.



Imagem 1 – Exaltação do período da ditadura militar.
 Fonte: Página Golpe Militar 2014, Facebook.

Quanto às postagens que possuem em seu conteúdo algum tipo de oposição ao governo do PT, a principal alegação é de que “o partido seria responsável pelo avanço da corrupção sobre o Estado”. O argumento expõe o quanto o escândalo do Mensalão ficou marcado na memória da sociedade. O esquema de corrupção foi descoberto ainda na primeira gestão do presidente Lula, que conseguiu repetir o mandato e em seguida elegeu sua herdeira política, Dilma Rousseff. Apesar disso, governo do PT ficou irreversivelmente marcado pelo lamentável ocorrido. Em seguida emerge a opinião de que “o partido é incompetente para governar”, que em grande parte dos casos apareceu juntamente com a associação do partido à

corrupção e ao comunismo. Este último aspecto é curioso, pois o entendimento de que o PT tem ligação com o comunismo perdura, apesar de não ser verídico. Como foi tratado por Constanza Moreira (2000), o PT renegou desde seu nascimento o apoio e a influência do comunismo que, por sua vez, viu com desconfiança a construção de um partido que se propunha a criar um novo socialismo. O que explica esse equívoco é que as pessoas não compreendem claramente a diferença entre comunismo e socialismo, atribuindo às duas ideologias o mesmo sentido. Outro elemento a se considerar é que o PT conta com militantes que foram presos políticos durante a ditadura, como Dilma Rousseff e José Dirceu. Como o regime militar apregoava que seus presos políticos eram subversivos e comunistas, parte da sociedade entende que o partido abriga comunistas; logo, compactuará com o comunismo. Ademais, a relação entre PT e comunismo é utilizada como uma característica desfavorável, que desqualifica o partido. Essa associação é possível porque se atribui um significado negativo ao comunismo, como se ele fosse algo intrinsecamente ruim.



OCC - Organização de Combate à Corrupção

Esquerdopatas esquizofrênicos que não foram gerados, não tem familia, não sabem por que existem, apoiadores de um governo dilama, do chefeão do mensalão, de corruptos, mensaleiros, assassinos do povo e criminosos no poder. querem desmoralizar a marcha e as familias.

Curtir · Comentar · Seguir publicação · Compartilhar · 23 de junho às 13:00

8 pessoas curtiram isso.

Bruno Paz Desmoralizar? Quem está planejando um golpe?<http://sociedademilitar.com.br/>
23 de junho às 14:56 · Curtir · 1

Riquelme Silva GENTE CALMA, NÃO É HORA DE SEPARAÇÃO, É HORA DE UNIÃO EM PROL DO PAIS. VEJAM MEU RACIOCÍNIO. O BRASIL É UMA EMPRESA, O POVO É DONO DESTA EMPRESA. ESTA EMPRESA É ADMINISTRADA PELA DONA DILMA , 39 MINISTÉRIOS , 500 DEDPUTADOS E ALGUMAS DEZENAS DE SENADORES . ELES SÃO NOSSOS FUNCIONÁRIOS. NOSSA EMPRESA TEM QUE DAR LUCRO PARA SER REVERTIDO EM CRIAÇÃO DE HOSPITAIS, ESCOLAS, SEGURANÇA, ETC. SE A NOSSA ADMINISTRADORA MOR NÃO TIVER CODNDIÇÕES DE ADMIISTRAAR COMO QUEREMOS , ELA TEM QUE SER TROCADA. NÃO É ASSIM QUE FUNCIONA EM QUALQUER EMPRESA. NOS SOMOS OS SÓCIOS E QUEREMOS UMA ADMINISTRAÇÃO SÉRIA, HONESTA, RESPONSÁVEL E LUCRATIVA. NADA DISTO ESTÁ ACODNTECENDO. FORA CODM ELES. 39 MINIST´RIOS , QUANTO NOS CUSTA ISTO. TÍNHAMOS APENAS 12. ESTÃO INCHANDO NOSSA EMPFRESA, PARA TIRAR VANTAGEM. QUAL A MESA DE REUNIÃO QUE COMPORTA 40 PESSOAS OU ... TEM MINISTRO QUE SO FALA COM A PRESIDENTE A CADA 3 OU 4 MESES. pOR QUÉ PRECISAMOS DELE? QUANTOS ACESSORES, CARROS OFICIAIS, SEGURANÇA ELES NÃOD CONSOMEN. 500 DEPUTADOS , PRA QUÉ? PRA FICAR A TOA E MANCOMUNAR A FORMA DE EXTRAIR DINHEIRO DA NAÇÃO EM PROVEITO PRÓPRIO. VIRAM NA PORTA DA CAIXA ECONOMICA QUANTO JOVEM DE 25 A 30 ANOS QUEBRANDO NOSSO PATRIMONIO, POR QUE NÃO RECEBERAMD A BOLSA FAMÍLIA? 25 A 30 ANOS. PONHAMD ELES PRA TRABALHAR. EU TENHO 60 ANOS E TRABALHO, POR QUE SODU OBRIGADA A SUSTENTAR VAGABUNDOS. VEJAM POR ESTE PRISMA E DIVULGUEM ESTA IDÉIA SE CONCORDAREM.
23 de junho às 18:44 · Curtir

Bruno Paz Prezado Riquelme, gostei de alguns dos seus pontos de vista, mas é meio difícil ler seu texto por estar todo escrito em CAPS LOCK.
24 de junho às 16:59 · Curtir

Imagem 2 – Expressão de oposição ao governo do PT.
Fonte: Evento - MARCHA DAS FAMÍLIAS CONTRA O COMUNISMO, em defesa da Vida, da Liberdade, da Pátria e da Democracia, Facebook.

Em relação ao *posts* que manifestam algum tipo de repúdio ao comunismo, o argumento mais encontrado é de que “os comunistas não são dignos de crédito”. Isso corrobora o entendimento de que ao comunismo é atribuído um sentido pejorativo, associado na maioria das vezes à violência e à desordem. Essa concepção do comunismo converge com aquela que foi disseminada pelos militares à época do golpe de 1964 e também durante a ditadura para justificar seu estabelecimento e a forte repressão. Relacionada também ao regime militar está a segunda alegação mais utilizada, de que “há a iminência de um golpe comunista”. Pelas opiniões analisadas, percebe-se que as pessoas que carregam essa crença tem o seguinte raciocínio: o PT é um partido comunista e tem o poder sobre o Estado, conseqüentemente ele promoverá o golpe comunista. Mais uma vez nota-se a errônea associação entre PT e comunismo e a ainda mais equivocada compreensão de que o objetivo do comunismo é instaurar um golpe. Esta última compreensão era defendida pelos grupos conservadores e pela classe militar à época da ditadura.



Imagem 3 – Expressão de rejeição ao comunismo.

Fonte: Evento - MARCHA DAS FAMÍLIAS CONTRA O COMUNISMO (em defesa da Vida, da Liberdade, da Pátria e da Democracia), Facebook.

Os eventos mais mencionados nas postagens analisadas são, respectivamente, o Foro de São Paulo, o Mensalão e o Programa Mais Médicos. O sentido da menção é sempre pejorativo e com a intenção de reforçar as posições de apoio ao retorno do regime militar, de oposição ao governo do PT e/ou de rejeição ao comunismo. As informações sobre o Foro de São Paulo são escassas e pouco idôneas, o que contribui para uma interpretação tortuosa de seu papel. Na Internet predominam sites e artigos que acusam o Foro de arquitetar a implantação de uma ditadura comunista na América Latina. De acordo com site oficial do PT, o Foro é uma entidade que reúne organizações, partidos políticos progressistas e de esquerda da América Latina e do Caribe com o intuito de debater e de elaborar alternativas às políticas neoliberais e imperialistas que predominam na região. Ele foi criado na década de 1990 por iniciativa do PT. O partido declara que o Foro “é a entidade política esquerdista e socialista mais forte existente no continente e uma das maiores do mundo” (PARTIDOS DOS TRABALHADORES, 2014). Nos *posts* analisados, o Foro sempre está associado à iminência de um golpe comunista, pois se entende que essa seja a sua função. Os comentários têm tom alarmista e pedem por reações com urgência.



Imagem 4 – Combate ao Foro de São Paulo.
Fonte: Página – Golpe Militar 2014, Facebook.

A recorrente citação ao Mensalão atesta que o PT está invariavelmente relacionado à corrupção, principalmente para aqueles que rejeitam a gestão do partido à frente do Governo Federal. Em parte considerável das postagens é comuns as pessoas tomarem como fato que os membros do partido são especializados em desviar dinheiro público, numa interpretação de que a corrupção petista não se restringe ao Mensalão.



Jota Jota

Ricardo Fonseca, você diz "QUADRILHA DO PT"????? Você está sendo modesto meu caro, vamos colocar isso em nível de terroristas, guerrilha e outras coisas mais, Essa cambada de Filhos da Puta que se instalaram no governo através do porco LULA, não devem ser comparados a uma quadrilha, Isso é crime organizado começando por LULA, José Dirceu, Genoíno e outros mais. Faça uma pesquisa sobre o mapa do Brasil usado nas escolas norte -americanas, e mais uma sobre o porque da Amazônia legal ter áreas onde nós brasileiros não podemos entrar. — em Amazônia.



Crime Organizado Dentro do Partido dos Trabalhadores

Ricardo Fonseca, você diz "QUADRILHA DO PT"????? Você está sendo modesto meu caro, vamos colocar isso em nível de terroristas, guerrilha e outras coisas mais, Essa cambada de Filhos da Puta que se instalaram no governo através do porco LULA, não devem ser comparados a uma quadrilha, Isso é crime organizado começando por LULA, José Dirceu, Genoíno e outros mais. Faça uma pesquisa sobre o mapa do Brasil usado nas escolas norte -americanas, e mais uma sobre o porque da Amazônia legal ter áreas onde nós brasileiros não podemos entrar. Duração: 1:24

Curtir · Comentar · Seguir publicação · Compartilhar · 9 de maio às 23:45

5 pessoas curtiram isso.



Jota Jota Eis uma prova do que já foi dito há muito tempo.
9 de maio às 23:55 · Curtir · 3



Ricardo Fonseca Quem quiser ser administrador da página para poder convidar amigos, é só deixar recado nessa página:
<http://www.facebook.com/>... Eu não voto em Dilma #Eleicao2014 Brasil sem PT - A Ong @brazilnocorrupt pede aos usuários do Facebook que participem do COMPARTILHAÇO de toda 5ª feira às 21 horas, bem como, deem 1 tweet por dia (clique no botão vermelho nesse link <http://justcoz.org/brazilnocorrupt>), divulgando a campanha nas redes sociais contra a Dilma e o PT, pois o Brasil tem 140.646.446 pessoas aptas a votar. Essa rede social será a pesquisa real na internet <http://mnbdrj.ning.com/> Confirme sua cidade! Marcha 7/set x Comunismo @VEJA #Eleicao2014 sem PT <http://justcoz.org/brazilnocorrupt> <http://twitpic.com/coxv10>
10 de maio às 22:19 · Curtir · 2

**Imagem 5 – Corrupção no PT.
Fonte: Página – Regime Militar JÁ, Facebook.**

Com o intuito de aprimorar os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, o Governo Federal lançou em julho de 2013 o Programa Mais Médicos. Ele reúne várias iniciativas, como a ampliação da infraestrutura dos hospitais, a distribuição de médicos em regiões onde há carência do profissional e a expansão das vagas para o curso de Medicina e para a residência médica. Uma das primeiras ações do programa foi realizar um convênio com a Organização Pan-Americana de Saúde para trazer médicos cubanos para atuarem em todo o país. A medida causou polêmica, especialmente porque a contratação dos cubanos foi distinta

dos demais estrangeiros que se inseriram no programa. Como pôde ser visto nas postagens analisadas, muitos entenderam que a vinda de médicos cubanos se tratava de uma estratégia para colocar apoiadores de Fidel Castro no Brasil e com isso dar início ao golpe comunista.



**Imagem 6 – Fraude do Programa Mais Médicos.
Fonte: Página – Não Vire À Esquerda, Facebook.**

As personalidades cujos nomes foram os mais citados nos *posts* foram Dilma Rousseff, Lula e Fidel Castro. A menção a Rousseff e Lula em diversas ocasiões veio acompanhada de adjetivos desqualificadores como “Dilma anta” e “Luladrão”. Já a figura de Fidel Castro esteve sempre relacionada à experiência comunista de Cuba e à possibilidade de expansão dela para o Brasil. A alusão a tais nomes foi utilizada como recurso para reforçar e, principalmente, direcionar o teor crítico dos comentários, atribuindo culpa às figuras mais destacadas. Isso pode ser melhor compreendido a partir do exemplo do Mensalão. Este foi um amplo esquema de corrupção, que envolveu outros partidos além do PT. Apesar de a participação ou anuência de Lula nunca ter sido comprovada, por ele ser o Presidente da República então e por ter liderado o partido por muito tempo, é atribuída a ele maior responsabilização pelo caso.



Imagem 7 – Ofensa à presidente Rousseff.

Fonte: Grupo - Marcha nacional contra a corrupção e o comunismo, Facebook.

a) Regime Militar enquanto *significante vazio*

A teoria do discurso traz importantes contribuições para a compreensão e a análise dos comentários coletados no Facebook. Para tanto, faz-se necessária uma breve explanação sobre essa corrente pós-estruturalista. A teoria do discurso, cujos maiores expoentes são Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, considera o discurso para além das palavras. Para esses pensadores (2004) o discurso equivale a uma prática articulatória que relaciona palavras e ações, de modo a construir totalidades significativas que estabeleçam relações sociais. Entre suas características estão a contingência e a precariedade, que fazem com que os sentidos construídos discursivamente estejam suscetíveis a mudanças. Graças a essas características não existe verdade absoluta e eterna; os sentidos devem ser apreciados a partir de seu próprio contexto.

Mouffe e Laclau (2004) afirmam que os discursos políticos se estabelecem por meio da disputa discursiva. Todo discurso tem o objetivo primordial de se sobressair sobre os demais, de universalizar seu conteúdo e de se tornar o discurso hegemônico. E para o alcance deste fim, um elemento é fundamental: o *significante vazio*. Ele é uma formação discursiva que articula momentos diferenciais; trata-se de um ponto discursivo que ocupa posição privilegiada por ser capaz de reunir diversos discursos distintos. O *significante vazio* é

limitado e definido por aquilo que não o constitui, pelo seu próprio antagônico. A atribuição de sentido somente é possível porque essas diferenças compõem o sistema. É a contínua disputa entre discursos que se antagonizam em busca da hegemonia que move a política.

O significante vazio é um discurso que, para se hegemonizar, teve de se desfazer de sua identidade particular para abarcar outros discursos, com seus diferentes sentidos. Este significante nada mais é do que um lugar vazio, um ponto sem significado efetivo, a representação daquilo que não pode ser objetivamente representado. É esta ausência possibilitada pelo significante vazio que oferece a condição de hegemonia. Hegemonizar equivale a preencher um espaço, substituir uma ordem ausente. O ponto de partida da democracia moderna residiria no processo de transformação de significantes vazios em discursos hegemônicos (LACLAU, 2011).

Ao considerar tais elementos do discurso, é possível estabelecer algumas associações com as manifestações de apoio ao retorno do regime militar e as expressões de oposição ao governo do PT e de rejeição ao comunismo. Primeiramente, é plausível afirmar que os três tipos de opinião constituem três tipos diferentes de discurso. Em todos os referidos se nota a mobilização de palavras e ações - declarações feitas no *Facebook* e incentivo à mobilização política – para fundar sentidos – no caso, o julgamento positivo ou negativo em relação ao regime militar, ao PT e ao comunismo. Os julgamentos sobre esses temas, ou seja, os sentidos desses discursos, se alteram no decorrer do tempo, pois sofrem influência das mudanças de contexto. Um exemplo é a percepção que se tinha sobre o PT: até o fim dos anos 1990, era atribuído ao partido um caráter revolucionário, fortemente marcado pela influência da ideologia socialista; dos anos 2000 para cá, essa percepção mudou e o PT passou a ser visto como moderador e até mesmo conservador, tudo por conta da inserção do partido na Presidência da República.

O apoio ao retorno do regime militar apresenta características que indicam que este é o discurso que almeja alcançar a hegemonia de Laclau. Ele utiliza os outros dois discursos, de oposição ao governo do PT e de rejeição ao comunismo, para se firmar, se difundir e conquistar a opinião pública. O sentido vazio do apoio ao regime repousa nos argumentos utilizados para embasar as opiniões. Como já foi discutido, as alegações de que “os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país”, “o Regime Militar seria capaz de combater a corrupção” e “o retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país” se baseiam em crenças, utopias e concepções

enviesadas que podem ser refutadas a partir do exame dos fatos. A compreensão do apoio ao regime militar enquanto significativo vazio também pode se sustentar no apoio ao já mencionado anti-partidarismo. Este discurso já havia sido mobilizado pelos movimentos nacionalistas durante a Era Vargas e a ditadura militar para justificar o sufocamento dos partidos políticos. Trata-se de um discurso que se aproveita das ocasiões de desgaste político para se manifestar e atribuir a ineficiência dos partidos como causa dos infortúnios do momento.

É razoável inferir também que o discurso de apoio ao regime militar encontrou uma boa oportunidade de se tornar hegemônico quando da explosão das manifestações de junho de 2013. Na ocasião fez-se evidente a insatisfação de parcela expressiva da população quanto ao sistema político vigente, ainda que essa insatisfação não tivesse assumido contornos definidos. Como o regime liberal-democrático, naquele momento, parecia não mais atender às demandas e interesses dos brasileiros, surge um vácuo, um instantâneo vazio de representação. É nesse vazio que o apoio ao regime militar tenciona se inserir, de modo a substituir seu antagonista, o regime liberal-democrático, e se tornar hegemônico. Um ponto interessante é o uso de outro discurso, o do anti-partidarismo. Os esforços para isso são evidentes: as discussões sobre regime militar, comunismo e governo petista se intensificam fortemente no *Facebook* entre os meses de junho e de julho de 2013.

b) Crise do sistema representativo brasileiro

A interpretação corrente para a explosão dos protestos de junho de 2013 é de que ali se expressava a repulsa a um sistema político que representa os interesses dos partidos políticos em detrimento dos interesses daqueles a quem deveria representar. Sobre isso, Guilherme Ribeiro (2013) diz que na ocasião “emerge o sentimento que o poder constituído age na direção radicalmente oposta às demandas da população” (p. 116) e se intensifica a vontade por mudanças nas formas de representação e na própria democracia, o que expõe uma profunda crise de representação. É nesse sentido que é compreendida a intolerância à participação de partidos nos levantes: como o pedido por uma democracia mais participativa e por um Estado mais próximo de sua sociedade.

Laura Trajber Waisbich (2013) apresenta diagnóstico semelhante: trata-se de um possível esgotamento ou crise da democracia representativa. Segundo ela, existe uma contradição quanto às expectativas estimuladas pelo governo e a realidade. Por um lado, tem-se a redução das desigualdades e do desemprego, que reforçam o discurso oficial de que o Brasil está se desenvolvendo e de que as condições gerais são boas. Por outro lado, o PIB tem apresentado crescimento reduzido e a inflação tem seguido uma tendência de alta, o que se traduz em efeitos negativos sobre o cotidiano dos brasileiros, como o aumento generalizado dos preços. A autora considera que os gastos com eventos como a Copa do Mundo e as denúncias de corrupção demonstram a falta de visão de prioridade do governo diante de uma situação econômica que inspira cuidados. No conjunto, nota-se descaso com a gestão da “coisa pública”.

Marcelo Coelho (2013) fortalece o coro: eis uma ampla crise da representação política. O autor questiona o distanciamento entre ideologia e ação do partido, especialmente nos casos de formação de alianças entre partidos que seriam ideologicamente pouco conciliáveis. Diante dessa situação, a preferência partidária do eleitor não se reproduz na ação política e os partidos políticos perdem seu papel de canal de identificação e de mobilização política. Outro elemento que fortaleceria a crise de representação é a revolta com o modo de agir dos governantes em geral, que durante as campanhas eleitorais se dizem capazes de atender todas as necessidades da população, mas depois de eleitos se negam a tudo. Coelho enxerga, ainda, uma crise profunda de legitimidade dos sistemas democráticos, que se estende pelo mundo em países como Grécia e Espanha. A solução residiria no estabelecimento de novas formas de representação e de deliberação e, se ela acompanhasse a inclusão tecnológica, incluiria alternativas de legislação e de controle por meio da Internet.

A ideia de crise do sistema representativo brasileiro não surgiu somente com as manifestações de junho de 2013; o tema já vinha sendo discutido. Luis Felipe Miguel (2005) atribui o fenômeno ao excesso de demandas da população e o simultâneo declínio da autoridade dos governos. A própria necessidade de representação, que é condição da democracia representativa, culmina em três problemas: a separação entre governantes e governados; a diferenciação de uma elite em relação ao povo; e a quebra do vínculo entre vontade dos representantes e dos representados. A suposta solução para essas questões estaria na *accountability*, que acaba perdendo parte de seu sentido porque os eleitores não conseguem executá-la.

A problemática da representação também é abordada por Iris Marion Young (2006). A representação seria um mecanismo necessário porque consegue vincular pessoas, ações e instituições que não ocupam o mesmo espaço físico e temporal. O problema é que, apesar de os representantes falarem pelo povo, não é o povo em si que fala. Seu papel se restringe ao momento das eleições. Depois, quem domina o cenário político é o representante eleito. Em consideração a isso, Young propõe um novo conceito de representação, em que exista uma relação mútua e diferenciada entre representantes e representados. Deste modo, o povo autorizaria os representantes a defenderem os interesses relevantes à coletividade. Por sua vez, os representantes deveriam prestar conta aos eleitores daquilo que foi feito, sob o risco de revogação do vínculo. Haveria ainda três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: por interesses (aquilo que interfere nos objetivos dos indivíduos), opiniões (princípios, valores e prioridades que influem no juízo do que deve ser feito e como deve ser feito) ou perspectivas (diferentes posições em que as pessoas se encontram graças a suas experiências e histórias).

Voltado ao cenário brasileiro, Leonardo Avritzer (2007) observa que o aumento da participação da sociedade civil em políticas sociais provocou o surgimento de novas formas de representação como as instituições participativas, que contam a presença de atores da sociedade civil. Avritzer atesta que novos métodos de representação surgem a partir da crise e da contestação da representação até então vigente. O autor conclui que a discussão sobre representação nos dias de hoje deve se concentrar menos na legitimidade das novas formas de representação, de modo a considerar as dimensões eleitoral e a não-eleitoral do processo. O foco deve ser mantido em como esses novos mecanismos irão atuar e se combinar em um sistema de múltiplas soberanias.

Tomando tais literaturas como base, é plausível considerar que as manifestações de apoio ao retorno da ditadura militar, intensificadas durante os protestos de junho, emergiram da percepção de que as formas representativas atuais não são mais o bastante. A retomada do regime militar consiste em uma alternativa autoritária e não-democrática para a insatisfação, que desconsidera que hajam possibilidades democráticas capazes de discutir e de ampliar os limites da democracia representativa. Mais uma vez se reforça a compreensão precipitada de que os cidadãos não sabem escolher seus representantes, elegendo políticos corruptos e ineficientes. Por esse motivo, a solução para o problema viria por meio da intervenção militar.

Aqui, novamente, os militares são considerados superiores e mais capacitados em relação aos indivíduos comuns.

Quanto a isso, é relevante considerar alguns fatores. O primeiro deles é o que a parcela de maior expressão das manifestações, a classe média, alega como um dos agravantes da crise de representação: a perda de identificação partidária. De acordo com esse grupo, os partidos políticos atualmente têm perdido sua capacidade de interpretar as demandas de seu eleitorado e conduzi-las ao Estado. Entretanto, é necessário problematizar essa possível ausência de identificação partidária. Autores como Denise Paiva, Maria do Socorro Braga e Jairo Pimentel Jr. (2007) atestam que o sistema partidário brasileiro é caracterizado por reduzida relação entre preferências partidárias e voto. Ainda, essa relação, que já era baixa, vem decrescendo no decorrer do tempo. Um ponto elencado por eles é de que o eleitorado tem dificuldade em diferenciar os partidos, o que prejudica o estabelecimento de identificação quanto a algum deles. A confusão ideológica relacionada ao PT encontrada em alguns dos *posts* analisados corrobora isso. Deste modo, a compreensão de que houve perda de identificação partidária é questionável, pois tal já era pouco notável. A partir disso, pode-se inferir que este argumento é utilizado como subterfúgio para a classe média tentar reconquistar os benefícios de outrora. Essa classe presenciou na última década o desenvolvimento e a evolução das camadas mais pobres da sociedade, enquanto ela própria apresentava poucas modificações.

Também é relevante ponderar sobre o impacto das mudanças dos partidos políticos nos últimos anos. Como mencionado anteriormente, o PT depois de se inserir na Presidência da República alterou seu posicionamento, assumindo uma postura mais conservadora e menos revolucionária. Yan Carreirão (2008) indica que o PT entre os anos 1980 e 1990 foi a "espinha dorsal ideológica do sistema partidário". Tendo esse partido como base, os demais se posicionavam favoráveis ou contrários. Resultante disso, PT é o partido que possui identificação mais clara por parte dos eleitores. Deste modo, a mudança de perfil desse partido acabou por afetar de modo generalizado o comportamento político dos brasileiros. Assim, as preferências dos eleitores, que antes se concentravam nos polos esquerda e centro do espectro político – PT e PSDB, respectivamente – acabaram se diluindo no decorrer dos anos 2000. Como Carreirão (2008) explicita, isso significa que para os cidadãos, depois de ter assumido o Governo Federal e de ter se envolvido com o Mensalão, o PT perdeu seu diferencial ideológico e ético em relação aos demais. Com isso, a distinção entre direita e esquerda perdeu sua nitidez, o que culminou na perda da importância das ideologias para a

dinâmica do sistema partidário. Em seu lugar, se inseriu uma lógica de “governo-oposição”, em que o eleitor não se influencia pela ideologia, mas sim pelo desempenho dos partidos e de seus políticos em suas gestões no governo. Essa nova orientação do comportamento político conta com o mecanismo da *accountability* para atestar o desempenho dos representantes. Contudo, como Miguel (2005) já indicou, os indivíduos não conseguem ser bem-sucedidos em executá-la.

Outro fator reside na existência de meios insuficientes de participação política. Se a população não consegue participar adequadamente da política, a representação de seus interesses não será adequadamente promovida, de modo a excluir determinadas demandas e, conseqüentemente, os grupos que as demandam. O fato é que os laços de representação política não têm se desenvolvido na mesma velocidade em que a sociedade tem crescido e se diversificado. E nisso há uma evidente incongruência. Por isso, a participação política não deve se restringir às eleições. É preciso considerar novos mecanismos de inclusão, que acompanhem a rapidez com que a sociedade civil se move. A representação e a participação política hoje em dia não se desenvolvem apenas por meios oficiais e burocráticos e é necessário compreender isso. Como alternativas, tem-se a Internet e as redes sociais que, apesar de suas limitações, são capazes de promover a troca de informações, a discussão entre indivíduos e a mobilização política. Diante de novas formas de conexão entre Estado e sociedade, os partidos políticos precisam se encontrar nesse novo cenário e assumir um novo papel.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um ano o Brasil se surpreendia e se incentivava com o gigantismo de sua população às ruas. As manifestações se espalharam pelo país com urgência. Nelas, o espaço necessário para defender todas as reivindicações. Uma delas chamou a atenção: o apoio ao retorno da ditadura militar, associado à oposição ao governo do PT e à rejeição ao comunismo. A análise desse tipo de opinião se tornou pertinente pelo potencial de expressar as percepções que os brasileiros têm do presente, do passado e do futuro da política brasileira. Da discussão aqui promovida, destacam-se alguns pontos.

Primeiramente, é indiscutível a influência que o regime militar ainda exerce sobre nossa sociedade. Passados cinquenta anos da implantação do golpe, muitas falácias disseminadas na época ainda ocupam espaço no imaginário brasileiro. Entre os exemplos estão a suposta superioridade militar, a rejeição e demonização do comunismo, a ilusão de que a ditadura garantiu tempos de paz e ordem e o estigma comunista sobre o PT. É lamentável o efeito negativo dessa influência, que incentiva equívocos de interpretação dos fatos e das ideologias. Percebe-se que entre os apoiadores do retorno à ditadura militar predomina uma percepção superficial e imediatista da realidade, embasada nas já ditas falácias do regime, que ainda hoje são reproduzidas por setores conservadores e reacionários da sociedade. Enquanto tais grupos estiverem presentes na elite política brasileira, certamente esse tipo de opinião continuará a ser defendida e disseminada.

Mais uma vez é reforçada a importância e o potencial da Internet e das redes sociais sobre a arena política. O *Facebook* foi imprescindível para que as manifestações de junho de 2013 pudessem ser mobilizadas e disseminadas. Diante disso, as redes sociais emergem como uma promessa de ampliação da participação e da representação política. Ela já tem sido capaz de suscitar debates e a troca de informações sobre temas políticos. A inserção das redes sociais no repertório de ação dos movimentos sociais precede o fenômeno de 2013 e contribui para que a mobilização e a defesa de reivindicações se tornem mais efetivas e abrangentes, com coerência às necessidades, à realidade e ao perfil dos brasileiros de hoje. Entretanto, é preciso considerar suas limitações, como o caráter instantâneo da mobilização, e entender que as redes sociais podem ser um recurso complementar, que pode otimizar os demais recursos participativos.

Por fim, as manifestações de junho de 2013 e o apoio ao regime militar são evidências de que o sistema representativo brasileiro está em crise. Os brasileiros não se identificam com os representantes que elegem, as instituições parecem ter fins alheios ao interesse público. Nota-se um desgaste dos instrumentos pelos quais a democracia tem se garantido. É preciso que Estado e sociedade encarem essa nova realidade e busquem formas de aprimorar o sistema representativo, de atribuir novos recursos e outras formas de promover participação. O peso do uso “político” de redes sociais como o *Facebook* é uma mostra de que os brasileiros precisam de recursos mais interativos de participação, menos centralizados e mais flexíveis. Reforçando o que é dito por Leonardo Avritzer (2007), a participação política não se limita ao momento eleitoral e isso deve ser levado em consideração.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE SALA, Jorge Francisco. *Nuevos alcances de la participación ciudadana a través de las redes sociales.* Culturales. 2013, vol. 1, n. 2, pp. 119-150.

AMARAL, Oswaldo. *As transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 82, 2013, pp. 67-87.

_____. *Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008.* Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010, pp. 105-134.

_____. *Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade.* Opinião Pública. 2011, vol. 17, n. 1, pp. 1-44.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação,* DADOS, v. 50, n. 3, 2007, p. 443-464.

BUCHSTEIN, H. *Bytes that bite: the internet and deliberative democracy.* Constellations, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros.* Opinião Pública. 2008, vol. 14, n. 2, pp. 319-351.

CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia.* Revista de Sociologia e Política. 2005, n. 25, pp. 83-106.

COELHO, Marcelo. *Manifestações de junho: um breve balanço.* Jornal de Psicanálise. 2013, vol.46, n.84, pp. 133-139.

COLLINS, Randall. *Revoluções de ponto de virada e revoluções por colapso do estado: Por que revoluções têm êxito ou fracassam?* Novos Estudos - CEBRAP. 2013, n.97, pp. 69-81.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. *Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais.* Revista Brasileira de História. 2013, vol. 33, n. 66, pp. 309-330.

COWAN, Benjamin Arthur. *"Nosso Terreno" crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira.* Varia História. 2014, vol. 30, n. 52, pp. 101-125.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEAN, J. *Virtually citizens.* Constellations, v. 4, n. 2, p. 264-282, 1997.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. *Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013.* Novos Estudos - CEBRAP . 2013, n.97, pp. 43-55.

DOWNEY, J.; FENTON, N. *New media, counter publicity and the public sphere.* New Media & Society, v. 5, n. 2, p. 185-202, 2003.

FERNANDES, Florestan. *Brasil, em compasso de espera.* São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA, Jorge. *O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart.* Revista Brasileira de História. 2013, vol. 33, n. 66, pp. 113-134.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.* Revista Brasileira de História. 2004, vol. 24, n. 47, pp. 29-60.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. *A eleição de 2002.* Opinião Pública. 2003, vol. 9, n. 2, pp. 93-117.

FONSÊCA, Daniel. *Não Dá Para Não Ver.* São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber.* 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FREITAS, Felipe. *Invertendo a Situação: As reformas da Previdência e a comparação discursiva entre PSDB e PT.* Saarbrücken – Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. *O Programa Fome Zero e a Disputa Discursiva entre o PT e o PFL.* Publ. UEPG Appl. Soc. Sci., Ponta Grossa, 19 (2): 167-179, jul./dez. 2011.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença.* Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

_____ ; **MOUFFE, Chantal.** *Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una nova radicalización de la democracia.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina S.A, 2004.

LUCCA, Juan Bautista. *Origem e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil).* Revista Brasileira de Ciência Política. 2011, n. 5, pp. 287-320.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil.* Revista Brasileira de História. 1997, vol. 17, n. 34, pp. 203-220.

MANIN, Bernard. *A democracia do público reconsiderada.* Novos Estudos - CEBRAP. 2013, n.97, pp. 115-127.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *“Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais.* Opinião Pública. 2010, vol. 16, n. 1, pp. 117-142.

_____. *Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil.* Opinião Pública. 2006, vol.12, n.1, pp. 164-187.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. *Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart.* Estudos Históricos. 2012, vol. 25, n. 49, pp. 149-168.

MIGUEL, Luis Felipe. *Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política.* Revista Sociologia e Política, n. 25, 2005, p. 25-38.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Pacto Nacional Pela Saúde.* Disponível em < <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/setembro/27/2013-08-21-informe-mais-medicos.pdf> >. Acesso em 30 de junho de 2014, às 22h.

MORAES, Maurício. *Dúvidas sobre chegada de médicos cubanos alimentam debate jurídico.* BBC Brasil. Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130902_mais_medicos_mm.shtml?ocid=socialflow_facebook_brasil >. Acesso em 30 de junho de 2014, às 21h.

MOREIRA, Constanza. *A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento partidário.* Opinião Pública. 2000, vol. 6, n. 1, pp. 17-54.

NAPOLITANO, Marcos. *No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970.* Estudos Avançados. 2014, vol. 28, n. 80, pp. 41-58.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Momento Lênin.* Novos Estudos – CEBRAP. 2006, n. 75, pp. 23-47.

OLIVEIRA, Luciano. *Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos.* Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2011, vol. 26, n. 75, pp. 07-25.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro S.; PIMENTEL JR., Jairo Tadeu Pires. *Eleitorado e partidos políticos no Brasil.* Opinião Pública. 2007, vol. 13, n. 2, pp. 388-408.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Na Bolívia, Foro de São Paulo reunirá os maiores partidos de esquerda da AL.* Disponível em < <http://www.pt.org.br/na-bolivia-foro-de-sao-paulo-reunira-os-maiores-partidos-de-esquerda-da-al/> >. Acesso em 30 de junho de 2014, às 23h.

PHILLIPS, Anne. *De uma política de idéias a uma política de presença?* Revista Estudos Feministas, volume 9, nº 1. Florianópolis, 2001, pp. 268-90.

PIOZZI, Patrícia. *Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil.* Trans/Form/Ação. 1983, vol. 6, pp. 25-36.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968: o curto ano de todos os desejos.* Tempo Social. 1998, vol. 10, n. 2, pp. 25-35.

RIBEIRO, Guilherme da Silva; BOTELHO, Maurilio Lima; OLIVEIRA, Leandro Dias de. *As Manifestações de Junho de 2013.* Revista Continentes. 2013, ano 2, n. 3, pp. 116-141.

SALES, Jean Rodrigues. *O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real.* Revista Brasileira de História. 2008, vol. 28, n. 56, pp. 507-528.

SAMUELS, David. *A evolução do petismo (2002-2008).* Opinião Pública. 2008, vol. 14, n. 2, pp. 302-318.

SANTOS, Fabiano. *Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira.* Novos Estudos - CEBRAP. 2013, n.96, pp. 15-25.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira.* Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

SINGER, André. *A segunda alma do partido dos trabalhadores.* Novos Estudos - CEBRAP. 2010, n. 88, pp. 89-111.

_____. *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas.* Novos Estudos - CEBRAP. 2013, n.97, pp. 23-40.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio.* Opinião Pública. 2010, vol. 16, n. 2, pp. 310-337.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia.* Revista Brasileira de História. 2004, vol. 24, n. 47, pp. 13-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Crônica política sobre um documento contra a "ditabranda".* Revista de Sociologia Política. 2009, vol. 17, n. 34, pp. 209-217.

WAISBICH, Laura Trajber. *Manifestejos de junho: negação e ocupação da coisa pública.* Jornal de Psicanálise. 2013, vol.46, n.84, pp. 141-150.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira.* São Paulo: Paz e Terra, 1986.

WOLTON, D. *E depois da internet? Para uma teoria crítica dos novos medias.* Algés, Portugal: Difel, 2001.

YOUNG, Iris Marion. *Representação Política, Identidade e Minorias.* Lua Nova, nº 67. São Paulo, 2006, pp. 139-90.

8. ANEXOS

Anexo A – Questionário da coleta de dados

Coleta de Dados - Retorno ao Regime Militar e Movimento Anti-Comunista	
1. Palavra-chave <input type="text"/> <i>A resposta é obrigatória.</i>	
2. Nome da página de onde a tela foi extraída <input type="text"/> <i>A resposta é obrigatória.</i>	
3. Tipo de página <input type="radio"/> 1. Página <input type="radio"/> 2. Evento <input type="radio"/> 3. Grupo <input type="radio"/> 4. Perfil <i>A resposta é obrigatória.</i>	
4. Link da tela <input type="text"/>	
5. Data em que o comentário ou imagem foi postado <input type="text"/> <i>A resposta deve ser compreendida entre 01/01/2012 e 31/12/2013.</i>	
6. Data em que a tela foi tirada <input type="text"/> <i>A resposta deve ser compreendida entre 01/01/2012 e 31/12/2013.</i>	
7. Autor principal de comentário <input type="text"/>	
8. Autores secundários de comentário <input type="text"/>	
9. Número de curtidas <input type="text"/> <i>A resposta é obrigatória.</i>	
10. Número de compartilhamentos <input type="text"/>	
11. Comentário ou imagem possui teor de apologia ao Regime Militar? <input type="radio"/> 1. Sim <input type="radio"/> 2. Não <i>A resposta é obrigatória.</i>	
12. Quais são os argumentos a favor de um possível retorno ao Regime Militar? <input type="checkbox"/> 1. O retorno ao Regime Militar é necessário para impedir a proliferação do comunismo no país. <input type="checkbox"/> 2. O Regime Militar seria capaz de combater a corrupção. <input type="checkbox"/> 3. Os militares são mais comprometidos com o país do que os governantes civis. <input type="checkbox"/> 4. É preciso impedir a eminente ditadura comunista. <input type="checkbox"/> 5. Durante o Regime Militar o país passou por grande desenvolvimento e a população possuía melhores condições. <input type="checkbox"/> 6. Os militares seriam os únicos capazes de reestabelecer a ordem e de consertar o país. <input type="checkbox"/> 7. O povo é ignorante e incapaz de administrar o país por meio da democracia. Por isso, faz-se necessária liderança militar <input type="checkbox"/> 8. O Regime Militar, na verdade, não se tratou de um governo repressivo e autoritário. <input type="checkbox"/> 9. O Regime Militar incentivava o patriotismo. <input type="checkbox"/> 10. Os militares faziam cumprir as leis. <i>Você pode marcar diversas casas. A questão só é pertinente se Apologia ao regime militar = "Sim"</i>	
13. Comentário ou imagem possui crítica explícita ao PT? <input type="radio"/> 1. Sim <input type="radio"/> 2. Não <i>A resposta é obrigatória.</i>	
14. Quais os argumentos para a crítica em relação ao PT? <input type="checkbox"/> 1. O partido apoia o comunismo. <input type="checkbox"/> 2. O partido inseriu comunistas no poder. <input type="checkbox"/> 3. O partido é culpado pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. <input type="checkbox"/> 4. O partido seria responsável pelo avanço da corrupção sobre o Estado. <input type="checkbox"/> 5. O partido é incompetente para governar. <input type="checkbox"/> 6. O Programa Mais Médicos é uma iniciativa disfarçada de inserção de comunistas no país para promover o golpe. <input type="checkbox"/> 7. No poder, o partido desenvolveu programas sociais e políticas públicas que tem favorecido bandidos e vadios. <i>Você pode marcar diversas casas. A questão só é pertinente se Crítica ao PT = "Sim"</i>	
15. Comentário ou imagem possui teor anti-comunista? <input type="radio"/> 1. Sim <input type="radio"/> 2. Não <i>A resposta é obrigatória.</i>	
16. Quais os principais argumentos que baseiam a rejeição ao comunismo? <input type="checkbox"/> 1. O comunismo seria responsável pelo não-desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. <input type="checkbox"/> 2. O comunismo teria promovido inúmeras mortes ao redor do mundo. <input type="checkbox"/> 3. O comunismo propicia a desordem da sociedade e de seus costumes. <input type="checkbox"/> 4. O comunismo dissemina a violência e o banditismo. <input type="checkbox"/> 5. Há a eminência de um golpe comunista. <input type="checkbox"/> 6. Os comunistas não são dignos de crédito. <input type="checkbox"/> 7. O comunismo defende a instalação de um governo totalitário. <i>Você pode marcar diversas casas. A questão só é pertinente se Teor anti-comunista = "Sim"</i>	

17. Fatos**18. Observações**